



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Departamento de História - HIS

DAMARES CRISTINE FERREIRA BARBOSA DINIZ

**Seguindo os enlaces matrimoniais da
primeira dinastia de Portugal**

BRASÍLIA
2025

DAMARES CRISTINE FERREIRA BARBOSA DINIZ

**Seguindo os enlaces matrimoniais da
primeira dinastia de Portugal**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - UnB como requisito para obtenção do grau de licenciada em História.

Modalidade: Monografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Filomena Coelho

BRASÍLIA
2025

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela força e coragem de continuar, por me lembrar que apesar das aflições, o bom ânimo é necessário.

Ao meu pai e à minha mãe, Ocimar e Ivonete, que, com uma coragem imensa, abriram o caminho por onde eu pude passar. Foram eles que sonharam esse sonho primeiro, que celebraram e acompanharam cada passo da minha caminhada. Sem o apoio deles, eu não acreditaria tanto em mim mesma. E, acima de tudo, me ensinarem que quando se nasce pobre, estudar é a maior revolução contra o sistema.

Ao meu amado, Eduardo, que prometeu acreditar em mim e me incentivar a crescer, e assim o fez. Quando vi que tudo seria trabalhoso demais, ele segurou minha mão e disse que conseguiríamos juntos. Conseguimos.

A todos os professores que passaram por minha vida, especialmente a minha orientadora, Maria Filomena Coelho, pelo seu aconselhamento desde o início dessa pesquisa, pelas reuniões e conversas que sempre contribuíram muito para este trabalho e para minha formação como historiadora.

*“A vida só pode ser vivida olhando-se para frente
mas só pode ser compreendida olhando para trás.”*

— Kierkegaard

RESUMO

Resumo: Nesta monografia analisam-se os casamentos régios da dinastia de Borgonha (1143–1383), buscando compreender em que medida essas uniões funcionaram como decisões políticas imediatas, moldadas pelas tensões e necessidades de cada reinado, e não como etapas de um projeto dinástico coerente ou orientado para o futuro, como propõe a leitura historiográfica tradicional. A partir da documentação e das crônicas de Duarte Galvão, Rui de Pina e Fernão Lopes, examinam-se a origem geográfica das rainhas, suas linhagens familiares e os contextos políticos que condicionaram cada enlace, evidenciando que muitos matrimônios, posteriormente interpretados como estratégias de longo prazo, responderam, na realidade, a crises internas, disputas aristocráticas, negociações diplomáticas urgentes e necessidades imediatas da monarquia. Ao mesmo tempo, a análise das representações das rainhas nas crônicas revela como esses textos selecionam, silenciam ou enfatizam determinados aspectos para construir uma memória régia marcada pela exaltação dos monarcas e pela atribuição moral ou simbólica às consortes, contribuindo para a persistência de leituras finalistas sobre os casamentos régios. Assim, o cruzamento entre documentação, cronística e historiografia permite problematizar interpretações consolidadas e demonstrar que os casamentos da dinastia de Borgonha foram instrumentos políticos plurifuncionais, condicionados pela conjuntura, ao mesmo tempo em que destaca o papel das rainhas na construção e manutenção das redes de poder que sustentaram a monarquia medieval portuguesa.

Palavras-chave: Dinastia de Borgonha; Casamentos régios; Conjuntura política; Rainhas medievais; Crônicas portuguesas.

ABSTRACT

Abstract: This monograph analyzes the royal marriages of the Portuguese Burgundian dynasty (1143–1383), seeking to understand how these unions functioned as immediate political decisions shaped by the tensions and needs of each reign, rather than as steps within a coherent dynastic project oriented toward the future, as suggested by traditional historiography. Drawing on documentary sources and the chronicles of Duarte Galvão, Rui de Pina, and Fernão Lopes, the study examines the queens' geographic origins, their familial networks, and the political contexts that conditioned each marriage, showing that many alliances, later interpreted as long-term strategies, were in fact responses to internal crises, aristocratic disputes, urgent diplomatic negotiations, and the immediate demands of the monarchy. At the same time, the analysis of queens' representations in the chronicles reveals how these texts select, silence, or emphasize particular aspects in order to construct a royal memory marked by the exaltation of kings and the moralization or symbolic framing of their consorts, which contributes to the persistence of teleological interpretations of royal marriages. By comparing documentation, chronicle narratives, and historiography, the study challenges consolidated interpretations and demonstrates that the marriages of the Burgundian dynasty were multifunctional political instruments conditioned by conjuncture, while also highlighting the role of queens in building and sustaining the networks of power that supported the formation and consolidation of medieval Portuguese monarchy.

Keywords: Burgundian Dynasty; Royal Marriages; Political Conjuncture; Medieval Queens; Portuguese Chronicles.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
PARTE I - A Política Matrimonial sob os Reis da Dinastia de Borgonha	12
PARTE II - As Rainhas da Dinastia de Borgonha na Crônica Medieval	26
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	46
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE	49

INTRODUÇÃO

A dinastia de Borgonha, que reinou entre 1143 e 1383, constitui o período de formação política da monarquia portuguesa, momento em que o antigo condado Portucalense se consolidou como reino e passou a integrar as dinâmicas diplomáticas e militares da Península Ibérica. Nesse processo de afirmação régia, os casamentos desempenharam papel fundamental, articulando alianças com reinos vizinhos e distantes, aproximando linhagens e oferecendo soluções para tensões internas e externas. Embora a historiografia tradicional frequentemente interprete essas uniões como etapas de um projeto dinástico contínuo e orientado para o futuro, a análise crítica das crônicas e da documentação revela que se tratavam, sobretudo, de decisões políticas conjunturais. Dessa constatação decorre o interesse central deste trabalho, que delimita como tema a análise dos nove casamentos régios da dinastia de Borgonha, observando a origem geográfica das rainhas, suas linhagens e os contextos políticos que condicionaram cada união.

O quadro abaixo sintetiza as uniões que estruturam esta análise:

Quadro 1 – Casamentos régios da dinastia de Borgonha

Ordem	Rei de Portugal	Rainha Consorte	Pai da Rainha	Mãe da Rainha
1	D. Afonso Henriques	Mafalda de Saboia	Amadeu III de Saboia	Mafalda de Albon
2	D. Sancho I	Dulce de Aragão	Raimundo Berengário IV de Barcelona	Petronila de Aragão
3	D. Afonso II	Urraca de Castela	Afonso VIII de Castela	Leonor de Inglaterra
4	D. Sancho II	Mécia Lopes de Haro	Lopo Díaz II de Haro	Urraca Alfonso de León
5	D. Afonso III	Beatriz de Castela	Afonso X de Castela	Maria Guillén de Gusmão
6	D. Dinis	Isabel de Aragão	Pedro III de Aragão	Constança da Sicília

7	D. Afonso IV	Beatriz de Castela	Sancho IV de Castela	Maria de Molina
8	D. Pedro I	Constança Manuel	João Manuel de Castela	Constança de Aragão
9	D. Fernando I	Leonor Teles	Martim Afonso Telo de Meneses	Aldonça Anes de Vasconcelos

Fonte: elaborado pela autora.

A partir desse recorte, surge o problema que orienta esta pesquisa: *como os casamentos régios da dinastia de Borgonha funcionaram como instrumentos políticos imediatos, e de que maneira a cronística medieval contribuiu para a construção de interpretações finalistas sobre essas alianças?* Essas questões emergem da hipótese de que talvez os matrimônios régios, longe de obedecerem a um plano dinástico claro, respondem a urgências e disputas de cada reinado, evidência que parece se confirmar quando examinamos a documentação e confrontamos a narrativa cronística com a historiografia contemporânea. Assim, este estudo parte da perspectiva de que os casamentos régios talvez não devam ser analisados apenas como componentes de uma estratégia de longo prazo, mas como respostas políticas inseridas em conjunturas específicas.

A leitura dessas alianças, contudo, não pode ser dissociada da forma como foram registradas pelas crônicas medievais, principais fontes narrativas do período, que desempenham papel essencial nesse processo interpretativo. Por um lado, as crônicas reforçam uma imagem personalista e heroica dos monarcas; por outro, constituem documentos profundamente marcados pela intencionalidade política. Como observa Maria Filomena Coelho, tais textos exaltam ou silenciam personagens conforme os interesses das instituições que os produzem, sobretudo a monarquia e a Igreja, moldando retrospectivamente a memória do passado.¹

A relevância deste estudo reside na necessidade de revisitar criticamente essas interpretações consolidadas, oferecendo uma análise que considere a historicidade dos casamentos régios. Ao deslocar o olhar das causas finais para a conjuntura, é possível compreender a política matrimonial medieval portuguesa de modo mais preciso, destacando o papel das rainhas, as escolhas geográficas, a articulação de redes familiares e a constante negociação de poder entre monarquia, nobreza e reinos vizinhos. Além disso, ao

¹ COELHO, Maria Filomena. De 1179 a 1128: retratando os limites da nossa história. In: TAVARES, Rui (Dir.). (Org.). *Portugal, uma retrospectiva: 1179*. 1ed. Lisboa: Tinta da China, 2019, v. 21, p. 20–22.

problematizar as narrativas elaboradas pelas crônicas, o trabalho busca evidenciar como essas fontes moldaram a recepção historiográfica e contribuíram para a persistência de leituras focadas em sua causa final sobre o período.

Os objetivos deste trabalho articulam-se a partir do problema acima exposto. O objetivo geral consiste em analisar os casamentos régios da dinastia de Borgonha à luz de sua dimensão política imediata, examinando suas motivações e seus efeitos nas relações internas e externas do reino. Para alcançar essa finalidade, investiga-se a origem e as linhagens das rainhas consortes, analisam-se os contextos políticos de cada reinado, discutem-se as representações cronistas relativas aos casamentos e às figuras femininas e confrontam-se essas narrativas com a historiografia contemporânea, de modo a identificar permanências, rupturas e ressignificações. Dessa forma, busca-se compreender tanto o funcionamento das alianças quanto a construção posterior de seu significado político.

A metodologia utilizada combina análise documental e leitura crítica de fontes narrativas medievais, especialmente as crônicas de Fernão Lopes (séc. XV), Duarte Galvão (séc. XV - XVI) e Rui de Pina (séc. XV - XVI), com pesquisa bibliográfica que abrange estudos sobre monarquia medieval, política matrimonial e construção da memória. O cruzamento entre documentação, cronística e historiografia possibilita reconstruir o sentido político dos casamentos régios e compreender as múltiplas camadas interpretativas que moldaram sua recepção ao longo dos séculos. A abordagem adotada procura, portanto, integrar prática política e memória, permitindo observar não apenas o que os matrimônios significaram no seu tempo, mas também como foram reinterpretados pela tradição cronística e pela própria historiografia.

Por fim, este trabalho está organizado em duas partes principais. A Parte I, intitulada com os nomes dos reis, dedica-se a apresentar cada monarca, oferecendo um panorama sucinto de seus reinados e do contexto específico dos casamentos analisados. Já a Parte II, organizada a partir dos nomes das rainhas – uma vez que se concentra no papel que exerceram nos respectivos reinados e em como são retratadas nas crônicas – aprofunda a discussão ao retomar elementos essenciais do enredo, destacando as consequências políticas desses enlaces ou mesmo da ausência deles. Essa divisão reflete diretamente o problema de pesquisa, ao permitir observar tanto a conjuntura em que os casamentos foram celebrados quanto à forma como foram posteriormente narrados.

Por meio dessa análise, torna-se possível examinar como as rainhas são representadas nos relatos cronísticos e verificar em que medida tais uniões contribuíram ou não para a política do reino de Portugal. Assim, o trabalho busca testar a tese tradicional de

que os matrimônios medievais eram concebidos com uma perspectiva de futuro, orientados pela expectativa de benefícios políticos, analisando se esses casamentos realmente atingiram seu objetivo inicial. Ao final, na conclusão, apresentamos os padrões identificados ao longo dos nove reinados estudados e discutimos se a leitura tradicional ainda se sustenta ao interpretar as alianças matrimoniais medievais como estratégias projetadas para o futuro.

PARTE I

A Política Matrimonial sob os Reis da Dinastia de Borgonha

1.1 D. Afonso Henriques

A formação de Portugal, como reino independente, foi um processo complexo e gradativo, ainda que a historiografia tradicional use a bula *Manifestis probatum*, emitida pelo Papa Alexandre III, em 1179, como marco. Contudo, a independência não foi um evento pontual, mas o resultado de um longo e dinâmico percurso político cujas raízes antecedem o ano de 1179.² Antes de tratar sobre o matrimônio do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques com D. Mafalda de Saboia, adentremos um pouco mais nesse processo de independência.

Embora a memória historiográfica portuguesa tenha gerado uma narrativa que oferece uma sensação de conhecimento pleno acerca desse evento, isso contrasta com a escassez de documentos contemporâneos ao acontecimento.³ Ao mesmo tempo, o tom de heroicidade que D. Afonso Henriques adquire com o passar do tempo, não leva em consideração que o nascimento do novo reino resulta do movimento de redes aristocráticas do noroeste ibérico, envolvidas em disputas internas por poder, território e prestígio.⁴

Como reino jovem, a construção de identidade surge da vassalagem ao rei, e não de uma consciência “nacional” unificada. D. Afonso Henriques não governou contra a nobreza, mas com ela, possibilitando a coexistência de redes aristocráticas antigas e novas, que se entrelaçavam e disputavam espaços de poder. A identidade do reino derivava das relações de dependência e fidelidade a senhores, sendo estas instáveis, ao sabor das circunstâncias políticas. Para a maioria da população, a identidade não ultrapassava os limites da própria localidade em que vivia.

Sobre o enlace matrimonial do primeiro rei, o historiador Bernardo Vasconcelos e Sousa apresenta dois motivos.⁵ Em primeiro lugar, o casamento representou uma iniciativa deliberada de D. Afonso Henriques para fortalecer laços com a cristandade ocidental além-Pirineus e, assim, buscar reconhecimento político internacional. O vínculo com uma casa nobre de prestígio fora da Península Ibérica funcionava como um instrumento de legitimação externa, inserindo Portugal no circuito diplomático europeu. Em segundo lugar,

² COELHO, Maria Filomena. De 1179 a 1128: retrçando os limites da nossa história. In: TAVARES, Rui (Dir.). (Org.). *Portugal, uma retrospectiva: 1179*. 1ed. Lisboa: Tinta da China, 2019, v. 21, p. 11-33.

³ COELHO, *op. cit.*, p. 13-14

⁴ COELHO, *op. cit.*, p. 20-22

⁵ RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. 1. ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 44.

essa escolha matrimonial possuía forte significado no plano peninsular. Ao optar por uma noiva estrangeira, e não por uma princesa de Leão ou Castela, o monarca português reforçava simbolicamente a autonomia política do reino. O casamento, portanto, não apenas afirmava a independência de Portugal face a seus poderosos vizinhos, mas também contribuía para a construção de uma identidade régia desvinculada das casas dinásticas leonesas e castelhanas.

A celebração do enlace, ocorrida em 1146, faria parte do processo de consolidação e ampliação do território português.⁶ Mafalda, sendo bem mais nova que o rei, tinha a missão de gerar herdeiros ao trono. Cumprindo bem seu dever, teve pelo menos seis filhos. Ao primogênito, nascido no ano seguinte ao da união, foi dado o nome de Henrique, como o avô paterno. Seguiram-se, Urraca (1148), Teresa (1151) e Mafalda (1153). O segundo filho varão do rei seria Martinho (1154), mas pouco tempo depois seu irmão mais velho faleceu com apenas 8 anos de idade. Martinho, então, ganhou o nome de Sancho, considerado mais apropriado para o futuro rei de Portugal. Depois, nasceram João (1156) e Sancha (1158), vindo a rainha a falecer pouco depois deste parto. Somente Sancho, Urraca e Teresa chegaram à idade adulta.⁷

Mafalda foi sepultada no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra. O rei juntar-se-ia a ela, 28 anos depois, após ter lutado pela expansão do território do reino, que à época ia de Leiria ao Alentejo. Apenas seis anos antes de sua morte, Afonso Henriques foi reconhecido pelo papa como rei, através da bula *Manifestis Probatum*.

A memória da primeira consorte foi desaparecendo após o seu falecimento. A historiografia pouco cita seu nome ou menciona seus feitos, sendo relegada a um segundo plano na construção de um território construído por homens.

1.2 D. Sancho I

A intenção de ter ligações com os reinos peninsulares do leste não era nova para o primeiro monarca de Portugal. Aragão, o reino mais ao leste da península, era o foco de D. Afonso Henriques, que, em 1160, já tinha planos para sua filha Mafalda: casá-la com o príncipe de Aragão, Afonso.⁸ O acordo entre os pais do príncipe e da infanta não chegou a se concretizar, pois a morte de Raimundo Berengário IV, em 1162, abalou as estruturas que estavam sendo preparadas para a união futura dessas coroas. O rei Fernando II de Leão

⁶ BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal: estudo histórico, com muitos documentos*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878. p. 94.

⁷ Idem.

⁸ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 99.

manobrou a situação e usou a rainha viúva, Petronila, para seus interesses, já que a união entre Portugal e Aragão poderia afetá-lo. Petronila rompe laços com Portugal, e seu filho, Afonso, se casa com Sancha de Castela, filha do rei Afonso VII de Leão.

Apesar da controvérsia, D. Afonso Henriques não abandonou a ideia de se ligar ao reino de Aragão. Uma união com este reino fortaleceria o jovem Portugal. Nesse sentido, o casamento de Sancho I, filho e sucessor de D. Afonso Henriques, com Dulce de Aragão, irmã do infante Afonso, representa a continuidade desse projeto diplomático e territorial.⁹

O casamento ocorreu em 1175, e com o falecimento de D. Afonso Henriques no ano de 1185, Sancho I é coroado rei.¹⁰ Neste ano, já haviam nascido deste matrimônio três filhas, Teresa, Sancha e Constança. No ano seguinte ao da coroação, nasceria o sucessor ao trono, Afonso, carregando o mesmo nome do avô. Em 1187, nasce o infante Pedro, seguido de Fernando, Henrique e Raimundo; os dois últimos faleceram ainda na infância. Entre 1195 e 1196, nasce Mafalda e, por último, Branca e Berengária.

O papel das princesas e dos infantes foi modular para a projeção internacional de Portugal. A beatificação de Teresa e Sancha, por exemplo, demonstra a visibilidade religiosa e política que algumas dessas figuras femininas alcançaram, funcionando como instrumentos de legitimação e prestígio para a casa real. Ao mesmo tempo, a morte prematura de Henrique e Raimundo evidencia a fragilidade sucessória enfrentada pela monarquia, que dependia do crescimento e da sobrevivência da prole masculina para assegurar a sucessão do trono e a continuidade da dinastia.

Ao longo do seu reinado, pouco se sabe sobre a participação efetiva de D. Dulce, já que as crônicas e documentos da época não a mencionam tão frequentemente, restringindo-se a registros formais de doações ou confirmações de atos régios, sem atribuir-lhe um papel ativo na administração do reino. O casamento entre D. Sancho e D. Dulce representou a consolidação de uma estratégia iniciada por D. Afonso Henriques, mas também mostrou a limitação dessa política de alianças. Embora o vínculo com Aragão fortalecesse o prestígio internacional do jovem reino de Portugal, ele não garantiu apoios militares ou econômicos consistentes durante o reinado de Sancho I.¹¹

O matrimônio também foi fértil em termos dinásticos: ao todo, D. Dulce gerou onze filhos, sendo que alguns deles se destacaram não apenas no cenário ibérico, mas também no

⁹ Braga faz uma análise sobre os casamentos reais portugueses e suas ligações com os reinos que se ligaram. Ver BRAGA, P. D. Casamentos reais portugueses: um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos 12-14). *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, [S. l.], v. 15, n. 2, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5531>. Acesso em: 18 nov. 2025.

¹⁰ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 99.

¹¹ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 100-101.

contexto europeu territorial mais amplo.¹² Tais enlances matrimoniais ampliaram a rede diplomática de Portugal, ainda que nem sempre se revertesse em vantagens práticas para o reino.

D. Dulce faleceu em Coimbra, em 1198, e foi sepultada no Mosteiro de Santa Cruz, local que também acolheria seu esposo, em 1211. No cumprimento de seu dever de assegurar a continuidade da linhagem e consolidar a geração seguinte, D. Dulce desempenhou um papel crucial na continuidade da dinastia, reforçando a posição política e social da família real.

1.3 D. Afonso II

Quando 1211 Sancho I falece e Afonso II assume seu posto, com 25 anos de idade, o monarca encontra um desafio encarado também por seus antecessores: o de consolidar o reino de Portugal. O início do século XIII exigiu de Afonso II uma redefinição da relação entre a Coroa, a nobreza e a Igreja.¹³ Essas medidas contaram com o suporte e legitimidade conferidos pelo casamento com Urraca, cuja origem castelhana reforçava o prestígio dinástico de Afonso II frente à nobreza e ao clero. Segundo José Mattoso, a inovação do monarca residiu justamente na abrangência e na sistematização da mão centralizadora da Coroa, reforçando seu papel como árbitro das relações sociais e jurídicas.¹⁴

Voltando na cronologia, em 1208, ocorre o enlace entre Afonso II e Urraca de Castela. Essa união dava a Portugal um novo aliado, já consolidado e com fronteiras estáveis. Como aponta Oliveira, com esse casamento, o jovem reino entrou na órbita da hegemonia matrimonial castelhana.¹⁵ D. Urraca deu à luz a dois futuros reis, Sancho II e Afonso III, e também a Leonor e a Fernando.

Os dois primeiros anos de Urraca como rainha foram abalados pela guerra fratricida: Teresa, Mafalda e Sancha com o rei, pela posse das terras a elas deixadas em herança por seu pai Sancho I, que o então rei não queria reconhecer. A herança estava dividida e Teresa ganhou as vilas de Montemor-o-Velho e Esgueira, Mafalda os mosteiros de Bouças e de Arouca e Sancha a vila de Alenquer. Mesmo depois de legitimado o testamento, Afonso II

¹² BENEVIDES, *op. cit.*, p. 107-108.

¹³ Essa é uma interpretação consolidada pela historiografia portuguesa, que identifica na “centralização” precoce do poder monárquico um dos pilares explicativos das especificidades históricas de Portugal. Entretanto, e sobretudo relativamente ao reinado de Afonso II, ver a crítica de Maria Filomena Coelho. COELHO, Maria Filomena. Inquirir em nome de Afonso II: a jurisdição régia a serviço da aristocracia cristã (Portugal, século XIII). **Revista Tempo** (UFF), 26 (1), 2020, p. 210-229. COELHO, Maria Filomena C.. Las leyes de 1211: la voz del rey de Portugal al servicio de la concordia. *Temas Medievales*, v. 27, p. 1-26, 2019.

¹⁴ MATTOSO, José. *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. v. 2. Lisboa: Estampa, 1993. p. 112.

¹⁵ OLIVEIRA, Ana Rodrigues de. Um rei enfeitado. In: OLIVEIRA, Ana Rodrigues de. *Portugal – uma história no feminino*. Lisboa: Casa das Letras, 2024.

não aceitou compartilhar o reino com as irmãs, pois se ganhassem essas terras, as colocariam em um lugar de verdadeiras senhoras feudais, com direito a receber as rendas das terras e a deter sobre estas, e os respectivos habitantes um poder que só ao rei pertencia.¹⁶ Esse episódio, de acordo com a historiografia tradicional, revelaria uma característica deste monarca: o exercício pleno da soberania na sua esfera própria.¹⁷

Dona Urraca desempenhou papel importante na expansão dos Franciscanos em Portugal, apoiando a fundação de conventos em Lisboa, Guimarães, Alenquer e Coimbra, e sua atuação contribuiu para a difusão do culto dos Mártires de Marrocos, pertencentes a essa ordem monástica, no reino. No campo político, destacou-se na consolidação de alianças com Castela, tornando-se peça-chave nas relações diplomáticas de Portugal e fortalecendo a legitimidade do poder régio de Afonso II. Faleceu em 1220 e foi sepultada no Mosteiro de Alcobaça, onde o marido se lhe juntou, em 1223.

1.4 D. Sancho II

Sancho II herdou um trono com um contexto político complexo, em 1223. De acordo com a historiografia, a “centralização” iniciada por seu antecessor teria gerado tensões entre a Igreja e a nobreza, que se agravariam progressivamente devido à sua pouca habilidade em conciliar interesses e à falta de autoridade para manter a ordem interna. Nesse cenário de instabilidade política e social, as alianças matrimoniais assumiram papel estratégico, podendo determinar tanto o fortalecimento quanto o enfraquecimento do poder régio nos anos seguintes.

A escolhida, Mécia, filha de López de Haro, Senhor de Biscaia, era viúva de um cavaleiro castelhano, falecido por volta de 1240.¹⁸ As razões para o novo enlace com o rei de Portugal são desconhecidas, afirma Oliveira.¹⁹ Mécia era dama da corte da rainha D. Berengária, mãe de Fernando III de Castela, a qual supostamente teria desaprovado a união desde o início. Ainda para Oliveira, este casamento poderia constituir uma eventual estratégia da nobreza castelhana para obter apoio português contra o rei, e daí a oposição à rainha.²⁰

O agravamento da sensação de insegurança no reino teria sido reforçado pela participação do rei em conflitos locais e pela incapacidade de impor justiça. Diante da situação, bispos como Tibúrcio de Coimbra e Vicente de Lisboa recorreram a Roma,

¹⁶ OLIVEIRA, *op. cit.*, 2024.

¹⁷ MATTOSO, *op. cit.*, p. 116. Ver a crítica a essa interpretação em: COELHO, *op. cit.*

¹⁸ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 121-122.

¹⁹ OLIVEIRA, *op. cit.*, cap. 5.

²⁰ *Idem.*

relatando ao Papa a fraqueza do monarca e a crise política do reino. Desde 1239, Gregório IX já cogitava apoiar o irmão de Sancho, Afonso, emitindo bulas que lhe concediam proteção e indulgências. Em 1245, o papa Inocêncio IV responsabilizou formalmente o rei pela instabilidade, acusando-o de negligência administrativa, opressão às igrejas, falta de justiça e incapacidade de manter a ordem, abrindo caminho para sua substituição no trono.

No Concílio de Lyon, o papa emite a bula que declara Sancho II desqualificado para governar, Rui de Pina, cronista que escreve séculos depois, opina que o rei estava incapacitado para exercer seus deveres e por isso Portugal necessitava de um novo governante.²¹ Afonso de Bolonha, futuro D. Afonso III, não foi nomeado rei, mas apenas o governante e defensor do Reino, no lugar de seu irmão.

O principal ponto de apoio de Sancho II seria a cidade de Coimbra, e, externamente, pediu auxílio a Fernando III e ao príncipe Afonso de Castela, mas sem sucesso. Em 1248, o rei faleceu em Toledo, e a rainha também faleceria em Castela, em 1271. O reino, mergulhado em crises e ataques por parte da aristocracia, pelas disputas de poder internas e pela dificuldade em impor a autoridade régia, evidencia como a combinação de fraqueza política do monarca e a complexidade das alianças matrimoniais contribuíram para a instabilidade crônica, expondo a delicada relação entre poder dinástico, influências externas e lealdades internas.

1.5 D. Afonso III

Quando Sancho II morre, Afonso III assume o trono, deixando de ser apenas o defensor do reino. Em 1248, as tensões herdadas de seu predecessor permaneciam, mantendo um cenário de instabilidade. Como forma de canalizar a violência interna da nobreza contra um inimigo externo comum, a conquista do Algarve desempenhou papel fundamental tanto no fortalecimento da autoridade régia quanto na consolidação territorial do reino. No entanto, é necessário analisar primeiro os contextos matrimoniais do rei, decisivos para compreender suas decisões políticas.

No quadro apresentado na Introdução deste trabalho, considera-se a como esposa de Afonso III, Beatriz de Castela, mas não se pode esquecer sua primeira consorte, Matilde de Bolonha, a quem o rei devia seu título de Conde. Matilde casou-se primeiramente com Felipe Hurepel, filho do rei francês Filipe Augusto, mas logo ficou viúva em 1234.²² Em 1238, uniu-se em matrimônio ao futuro rei de Portugal, o infante Afonso, que, por essa aliança,

²¹ PINA, Rui de. Cap. V. *Crónica de el-Rei D. Sancho I*. Lisboa: Escripório, 1906, p. 25-27.

²² BENEVIDES, *op. cit.*, p. 137.

adquiriu o título de conde *jure uxoris* (em direito de sua esposa), uma vez que Matilde herdara o condado de sua mãe, Ida de Bolonha. Afonso estabeleceu-se no norte da França, integrando-se à aristocracia local e circulando no entorno do rei Luís IX, o que lhe conferiu um certo prestígio. A união não gerou descendência, e, quando em 1248 o Conde assumiu o trono português, em substituição ao irmão, Sancho II, Matilde permaneceu na França. Esse afastamento geográfico e dinástico seria posteriormente invocado como justificativa para a busca de uma nova aliança política com Beatriz de Castela.

A conquista do Algarve, concluída em 1249, marcou o fim da incorporação de territórios à coroa portuguesa e fortaleceu o poder régio por meio da redistribuição de terras à nobreza. Contudo, o domínio sobre a região foi contestado pelo futuro Afonso X de Castela que reivindicava direitos sobre o território.²³ Para resolver o impasse, negociou-se o casamento de Afonso III com D. Beatriz, filha ilegítima de Afonso X, condicionando a renúncia castelhana a esse território ao nascimento e crescimento do herdeiro do casal. O matrimônio, celebrado em 1253, gerou controvérsias, pois Afonso III ainda era casado com Matilde, configurando bigamia, além da consanguinidade em quarto grau que ligava o monarca português a Beatriz.

As implicações desse casamento repercutiram amplamente na política e nas crônicas posteriores, sobretudo pela questão da legitimidade dos filhos nascidos antes da dispensa papal. O conflito entre D. Dinis, filho e sucessor do casal, e D. Afonso, que disputaram o trono, ilustra como as tensões dinásticas derivaram também de uma união irregular aos olhos da Igreja. O episódio demonstra a capacidade da monarquia em contornar as normas canônicas em favor de seus interesses políticos e dinásticos, evidenciando o peso das alianças matrimoniais na consolidação do poder régio português.

Em 1268, o reinado de Afonso III enfrentou forte oposição eclesiástica, expressa em um libelo com mais de quarenta acusações contra o monarca, incluindo a proibição da cobrança de dízimos em certas regiões, o uso indevido de fundos destinados à construção de templos e a resistência à ampliação do poder e das propriedades da Igreja. Diante do conflito, os bispos recorreram ao papa e impuseram interditos em suas dioceses, excetuando Lisboa. O papa Clemente IV suspendeu temporariamente a punição, mas o impasse prolongou-se até 1277, quando Afonso III foi excomungado por Nicolau III. Próximo da morte, o rei buscou a

²³ ZLATIC, Carlos Eduardo. *A condição política de infante no reino português: D. Afonso, Senhor de Portalegre (1263-1312)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017, p. 69.

reconciliação com a Igreja, prometendo reparar os danos causados e orientando seu sucessor, D. Dinis, a restituir os bens eclesiásticos e restaurar as relações com o clero.²⁴

No final de 1282, D. Beatriz partiu para Sevilha a fim de apoiar o pai, Afonso X de Castela, envolvido em uma grave crise sucessória após a morte de seu herdeiro, Fernando de La Cerda. Enquanto o rei defendia os direitos do neto, Afonso de La Cerda, seu filho Sancho rebelou-se e reuniu apoios poderosos, deixando o monarca isolado. Fiel ao pai, D. Beatriz permaneceu ao seu lado até a morte deste, em 1284, recebendo como recompensa vilas e rendas significativas. Faleceu em 1300, com cerca de sessenta anos, sendo sepultada em Alcobaça. A ela são atribuídas obras de grande importância religiosa e assistencial, como a fundação do convento de São Francisco em Alenquer, o apoio ao mosteiro de Alcobaça e a criação de instituições de amparo e de ensino em Lisboa.²⁵

1.6 D. Dinis

O início do reinado de D. Dinis não foi tranquilo. O primogênito de Afonso III não recebeu a lealdade ou o apoio requerido de seu irmão, o secundogênito, que se tornou um grande opositor na primeira metade do reinado. O infante Afonso questionou a legitimidade do irmão subir ao trono, já que o casamento de seus pais não foi reconhecido pela cúria romana até 1263, período de dez anos de espera que gerou três filhos: Branca, Dinis, e Afonso, este nascido no ano do reconhecimento.²⁶

De qualquer maneira, em fevereiro de 1279, D. Dinis subiu ao trono. Em 1281, aconteceu o primeiro embate entre os irmãos, em decorrência da decisão de D. Afonso de construir muralhas em Vide, um ato que desencadeou a reação régia. Como lembra Mattoso, esse episódio simboliza o início de uma luta pela autoridade central, revelando a firmeza de D. Dinis diante das ameaças de formação de poderes senhoriais autônomos.²⁷ O rei soube que o gesto do irmão poderia dar origem a um poderoso senhorio hereditário na fronteira com Castela, o que comprometia a unidade do reino.

Mattoso ainda aponta que o primeiro destaque foi a aliança com o reino de Aragão, ao se casar com Isabel, filha de Pedro III, o Grande.²⁸ O casamento aconteceu em fevereiro de 1282, por procuração. A partir da consolidação do trono, D. Dinis iniciou uma política de fortalecimento do poder régio. Na opinião de Mattoso, o monarca seguiu “uma política de

²⁴ MATTOSO, *op. cit.* p. 144; 147.

²⁵ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 158.

²⁶ D. Afonso e o rei D. Dinis: os conflitos no abrir do novo reinado. In: ZLATIĆ, *op. cit.*, p. 89–138.

²⁷ MATTOSO, *op. cit.*

²⁸ Idem.

nacionalização extremamente coerente”, podendo ser considerado precursor dos processos de centralização política que caracterizariam as monarquias europeias nos séculos seguintes.²⁷ Essa tendência se manifestou tanto em medidas de caráter militar, voltadas à afirmação da autoridade real sobre os senhorios, quanto em iniciativas culturais e administrativas de largo alcance.

Do casamento com D. Isabel de Aragão nasceram dois filhos: a infanta D. Constança, que mais tarde se casaria com D. Fernando IV de Castela, e o infante D. Afonso, nascido em 1291, herdeiro do trono. D. Dinis faleceu em 1325, aos 63 anos, encerrando um dos reinados mais longos da monarquia portuguesa medieval.

1.7 D. Afonso IV

Em 1309, celebrou-se o casamento de Afonso IV com Beatriz de Castela e o Tratado de Alcanices²⁹, sendo o matrimônio não apenas um acordo político, mas também uma forma de D. Dinis reforçar a posição do filho na hierarquia europeia, concedendo-lhe prestígio e conexões transfronteiriças.

Nascida em 1293, D. Beatriz foi para a corte de Portugal ainda aos três ou quatro anos, e em 1325 subiu ao trono como rainha consorte com a morte de seu sogro, D. Dinis. Nessa época já tinha três dos sete filhos, sendo eles: D. Maria (1313-1357), que casou em 1328 com D. Afonso XI, rei de Castela, D. Pedro (1320-1367), o único varão que sobreviveu, sucedendo, assim, a seu pai no trono de Portugal, e D. Isabel, que faleceu ainda criança. D. Afonso e D. Dinis que nasceram, respectivamente, em 1315 e 1317 e terão falecido pouco depois, assim como D. João, em 1326. D. Leonor (1328-1348) casou com D. Pedro IV, rei de Aragão, mas faleceu um ano após o matrimônio.³⁰

No final do reinado de D. Dinis, o infante D. Afonso IV liderou uma revolta contra o pai, motivada principalmente pelo favorecimento que o rei demonstrava ao seu filho bastardo, D. Afonso Sanches. As tensões agravaram-se quando parte da nobreza, insatisfeita com as medidas régias que limitavam seus privilégios, passou a apoiar o herdeiro legítimo. O conflito, que refletia tanto disputas familiares quanto a resistência aristocrática ao

²⁹ MATTOSO, *op. cit.*, p. 155. Crítica a essa interpretação, ver: COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rossana. (Org.). *A construção da narrativa histórica*. Séculos XIX e XX. 1ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014, v. 1, p. 39-62. Sobre a crítica à interpretação centralista no reinado de D. Dinis, ver: PESSOA, Felipe Ferreira de Paula. *Trovar e reinar: o papel político das cantigas galego-portuguesas* (Portugal. Séc. XIII-XIV). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2022.

³⁰ O Tratado acordou, entre outras coisas, o enlace do futuro Afonso IV de Portugal com D. Beatriz, filha de Sancho IV e Maria de Molina. Ver: A definição de limites e seus conflitos: o Tratado de Alcañices e o cerco a Portalegre. In: ZLATIĆ, *op. cit.*, p. 265-287.

fortalecimento do poder régio, culminou numa guerra civil, entre 1319 e 1324.³¹ A paz foi restabelecida com o acordo de 25 de fevereiro de 1324, pelo qual D. Dinis cedeu às exigências do filho, exilando D. Afonso Sanches e retirando-lhe terras e rendas, mas no ano seguinte o infante tornar-se-ia rei.

Como um bom organizador do território, Afonso IV ficou conhecido como um rei legislador e centralista, sendo um digno herdeiro do pai e do avô. Mesmo com a peste negra acometendo o território português, inclusive, matando sua filha D. Leonor, conseguiu fazer avanços políticos governamentais, como a reforma na administração da justiça e concelhia, repressão de abusos senhoriais e medidas sócio laborais.³²

1.8 D. Pedro

A trajetória de Inês de Castro, tão amplamente explorada pela literatura, não pode ser dissociada da figura histórica de D. Pedro I, cuja memória também foi moldada entre a lenda e a realidade política. Se, por um lado, a imagem de Inês foi perpetuada como símbolo do amor imortal e da tragédia, por outro, o reinado de D. Pedro ficou marcado pela estabilidade e pela consolidação do poder régio, elementos que contribuíram para que o episódio de Inês ganhasse contornos de mito político. Assim, compreender o governo de D. Pedro é também compreender o contexto em que a narrativa de Inês foi reinterpretada e transmitida ao longo dos séculos.

Antes, porém, de se unir a D. Constança Manuel e, mais tarde, a Inês de Castro, D. Pedro teve um breve e conturbado episódio matrimonial com D. Branca, filha de D. João de Castro e neta do rei D. Dinis.³³ O casamento, celebrado ainda na juventude do infante, foi anulado pouco tempo depois sob a alegação de consanguinidade e incapacidade física da noiva, que era tida como mentalmente débil. A dissolução do enlace com D. Branca expõe, portanto, o início da tensão entre o dever político e o sentimento amoroso que marcaria toda a trajetória de D. Pedro. Além disso, a anulação do casamento abriu caminho para a união com D. Constança Manuel, e, por conseguinte, para o encontro com Inês de Castro.

Segundo José Mattoso, o casamento entre o infante D. Pedro e D. Constança Manuel insere-se na crise política castelhana entre 1336-1339, marcada pela rivalidade entre o rei Afonso XI e D. João Manuel.³⁴ Portugal envolve-se nesse conflito sobretudo por impulso de

³¹ LOURENÇO, Vanda. A rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359). Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 74.

³² Ibidem, p. 83.

³³ MATTOSO, *op. cit.*, p. 487.

³⁴ MATTOSO, *op. cit.*, p. 485-486.

D. Afonso IV, cuja motivação inicial decorre do repúdio público de sua filha D. Maria pelo monarca castelhano. Apesar de se iniciar com uma dimensão emocional, o conflito acabou ganhando contornos políticos.

Nesse contexto, a decisão de D. Afonso IV de casar D. Pedro com D. Constança Manuel foi um gesto político que contrariava o acordo de 1328, o qual destinava ao infante a mão de D. Branca, sobrinha de Afonso XI. A aliança com D. João Manuel agravou as tensões e prolongou o conflito até a paz de Sevilha, em 1339, mediada pelo papa e pelo rei da França. Assim, o casamento de D. Pedro, mais do que um ato familiar, constituiu uma peça central da estratégia diplomática portuguesa durante a crise castelhana, contribuindo para a legitimação final dos acordos que encerraram o confronto.

Ligamos na Introdução deste trabalho o nome de D. Constança Manoel como esposa de D. Pedro, mas na próxima parte não analisaremos o papel dela, mas sim de Inês de Castro. Essa escolha se deu pelo protagonismo de Inês nas crônicas analisadas e pelo solo fértil que seu “conto” de rainha póstuma gerou.

Passando para a figura de D. Pedro, que subiu ao trono em 1357. Depois do assassinato de Inês de Castro, não voltou a se casar, permanecendo o reino de Portugal por 12 anos sem uma rainha. Durante seu reinado, Portugal atravessou um período de rara estabilidade e prosperidade. José Mattoso observa que o monarca, após uma breve inclinação para intervir nos assuntos de Castela enquanto infante, adotou uma postura diplomática prudente, mantendo boas relações com o reino vizinho e evitando o envolvimento em conflitos externos.³⁵ Essa habilidade em equilibrar alianças e preservar a paz fez com que o governo de D. Pedro fosse o único do século XIV em que Portugal não conheceu guerras, evidenciando seu caráter político sagaz e seu compromisso com a estabilidade do reino.

Entretanto, o chamado “Justiceiro” manteve uma postura ambígua em relação às elites eclesiásticas e nobiliárquicas. Segundo Mattoso, D. Pedro foi generoso com a nobreza, contrastando com a rigidez de seu pai, D. Afonso IV, mas mostrou-se inflexível com os prelados, reafirmando a supremacia do Estado sobre o poder da Igreja.³⁶ Esse movimento político também se refletiu em sua vida pessoal: o rei buscou legitimar os filhos de Inês de Castro, concedendo-lhes títulos e senhorios, e nomeou D. João, seu filho bastardo, como Mestre da Ordem de Avis. De acordo com a historiografia, essas ações não apenas consolidaram alianças dinásticas, mas também simbolizaram a tentativa de unir o mito

³⁵ LOPES, Fernão. Capítulo XVI. In: *Chronica de el-rei D. Pedro I*. Lisboa: Escripório, 1895, p. 64-69.

³⁶ MATTOSO, *op. cit.*, p. 488-489.

amoroso de Inês ao projeto político de continuidade e centralização régia, perpetuando a presença da “rainha póstuma” na estrutura simbólica do poder português.

1.9 D. Fernando

O rei chega ao trono em 1367, ainda sem laços matrimoniais firmados, o que não havia acontecido até aqui. A escolha por Leonor Teles foi impulsiva. Benevides escreve que o encontro entre os dois ocorreu por volta de 1370, na casa da infanta D. Beatriz, irmã do rei, onde Leonor visitava a sua própria irmã, Maria Teles de Meneses, dama da infanta.³⁷ D. Fernando, encantado com a beleza e o porte de Leonor, apaixonou-se imediatamente. Leonor correspondeu à corte do rei de forma calculada, estimulando seu desejo sem ceder por completo. Quando João Lourenço da Cunha ordenou o retorno da esposa, o rei, dominado pela paixão, pediu a Maria Teles que intercedesse junto à irmã para que permanecesse em Lisboa, chegando a declarar que apenas com Leonor desejava casar-se, o que correspondia às aspirações da própria Leonor. Apesar das tentativas de Maria Teles e do conde de Ourém, tio das irmãs, de dissuadir o monarca, D. Fernando insistiu que o casamento de Leonor era nulo, por se tratar de parentes próximos.

D. Leonor Teles vinha de uma família fidalga cujo expoente maior era seu tio João Afonso, conde de Barcelos, e provocou grande controvérsia ao tornar-se rainha de Portugal graças ao envolvimento amoroso com D. Fernando. Criada pelo tio após o assassinato do pai, Martim Afonso Telo, Leonor seguiu o percurso típico das mulheres de sua posição e casou-se com João Lourenço da Cunha, da média nobreza, com quem teve um filho.

O envolvimento com o rei causou grande descontentamento entre o povo, que via a relação como escandalosa e prejudicial ao reino. Espalhou-se o boato de que o rei já teria se casado secretamente com Leonor, o que gerou motins em Lisboa. Liderados por Fernão Vasques, alfaiate, milhares de populares dirigiram-se aos paços reais para repreender o rei e exigir que escolhesse uma esposa digna de sua condição. D. Fernando negou o matrimônio e prometeu uma resposta pública no dia seguinte.³⁸ Contudo, na mesma noite, o rei fugiu secretamente com Leonor para Santarém. Ofendida pelos insultos do povo, Leonor teria pedido vingança ao monarca, que ordenou a dispersão dos revoltosos e punições severas aos líderes do motim. No dia seguinte, as tropas reais atacaram a multidão reunida junto à igreja de São Domingos, e Fernão Vasques, junto com outros cabeças da revolta, foi preso e

³⁷ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 218.

³⁸ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 219.

executado.³⁹ De Santarém, o casal seguiu para o norte e, próximo ao Porto, realizou o casamento, provavelmente em 1371 ou 1372. Assim, Leonor Teles tornou-se rainha de Portugal.

As chamadas Guerras Fernandinas (1369–1382) marcaram profundamente o reinado de D. Fernando I, revelando a fragilidade política, econômica e militar de Portugal na segunda metade do século XIV. A primeira guerra (1369–1370) decorreu do assassinato de Pedro I de Castela por seu meio-irmão Henrique de Trastâmara. D. Fernando, como bisneto legítimo de Sancho IV, reivindicou o trono castelhano, vendo-se como herdeiro legítimo. No entanto, o conflito revelou-se desastroso para Portugal: a intervenção não trouxe os ganhos esperados e apenas enfraqueceu a economia e a autoridade régia. A paz firmada em Alcoutim, em 1371, determinou que D. Fernando renunciasse às pretensões ao trono de Castela e se comprometesse a casar com uma princesa castelhana, filha de Henrique II de Castela, e ao aceitar este enlace, ele estaria admitindo a legitimidade da dinastia bastarda.⁴⁰ O descumprimento dessa cláusula, ao desposar Leonor Teles, reabriu as hostilidades e anulou o tratado, culminando na confirmação do fracasso da política expansionista fernandina.

O Cisma do Ocidente, iniciado em 1378, agravou ainda mais a conjuntura política europeia e repercutiu na instável política externa portuguesa. Com a eleição simultânea de dois papas, Urbano VI, em Roma, e Clemente VII, em Avinhão, a cristandade se dividiu entre os reinos que apoiavam o papado romano (como Inglaterra e o Sacro Império) e os que se alinhavam ao papado avinhonês (como França e Castela).⁴¹ Portugal, tradicionalmente influenciado pelas alianças inglesas, viu-se em posição delicada, pois o Tratado de Santarém (1373) o obrigava a alinhar-se com Castela e, portanto, com o papado de Avinhão. Essa mudança forçada de orientação diplomática isolou o reino e minou a credibilidade de D. Fernando, cuja política externa já havia se mostrado vacilante.

Desse modo, o reinado de D. Fernando foi profundamente marcado por instabilidade e contradição. As guerras com Castela drenaram os recursos do reino e enfraqueceram a autoridade régia e o Cisma do Ocidente inseriu Portugal numa teia de alianças europeias que limitavam sua autonomia diplomática. A combinação desses fatores projetou uma imagem de

³⁹ Para mais sobre a recepção por parte do povo ao casamento, Fernão Lopes também escreve no Capítulo LX. Ver LOPES, Fernão. Capítulo LX. In: *Chronica de el-rei D. Fernando*. Vol. 1. Lisboa: Escripório, 1895, p. 190–192.

⁴⁰ SILVA, Danielle de Oliveira dos Santos. *Entre os ecos e o silêncio*: Mécia, Inês e Leonor – trajetórias e representações femininas na cronística medieval portuguesa. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 31.

⁴¹ MATTOSO, *op. cit.*, p. 492-493.

fragilidade do poder fernandino e preparou o cenário de tensão política que, após sua morte em 1383 e sem nenhum varão legítimo, culminaria na crise dinástica de 1383–1385.

PARTE II

As Rainhas da Dinastia de Borgonha na Crônica Medieval

2.1 Mafalda de Saboia

A crônica do primeiro rei de Portugal, escrita por Duarte Galvão, em 1726, trabalha a questão da memória do passado e fixa alguns eventos importantes. Essa crônica se preocupa em privilegiar feitos do monarca, mas ao tratar sobre o casamento de D. Afonso Henriques com D. Mafalda nota-se uma ausência de detalhes. O enlace aparece somente no capítulo XXII, porém, de forma rápida. O cronista informa que a escolha por D. Mafalda deveu-se à dificuldade de encontrar mulheres sem ligação sanguínea com os reis da Península Ibérica, para evitar futuras acusações de incesto, estabelecidas a partir do século XI, que estendiam as interdições matrimoniais até os parentes de sexto grau.⁴² No próximo capítulo seguinte da crônica, o cronista já se dedica à tomada de Santarém pelo rei. O casamento com D. Mafalda só reaparece no capítulo XXXVIII, para tratar da descendência do casal e dos enlaces arranjados para a terceira filha, que levou o mesmo nome da mãe.

Outra razão para a escolha de D. Mafalda como esposa de D. Afonso Henriques relaciona-se à figura de seu pai. Duarte Galvão atribui a paternidade da infanta ao conde D. Henrique de Lara, destacando que a casa de Lara era uma das mais respeitadas e de mais alta linhagem da Espanha.⁴³ No entanto, Figanière observa a confusão existente entre os cronistas quanto à verdadeira ascendência de D. Mafalda: alguns a consideravam filha de D. Henrique de Lara, ou mesmo de D. Afonso de Molina. Contudo, é amplamente aceito que seu pai foi, na realidade, Amadeu III, conde de Saboia.⁴⁴

Historicamente não encontramos vestígios políticos dessa rainha, assim como algumas outras que aparecerão ao longo desta parte do trabalho. Benevides até aponta que “parece ter sido nulla a influencia d'esta rainha sobre o governo do estado”.⁴⁵ Somente a descendência acapara a atenção, já que os reis casavam-se justamente para prover o trono de herdeiros do sexo masculino, garantindo a dinastia.

A figura de D. Mafalda, embora apagada na narrativa, emerge em registros documentais e testamentos como expressão da piedade e da caridade régia. Sua atuação na

⁴² BROOKE, Christopher N. L. *The Medieval Idea of Marriage*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1991, p. 59.

⁴³ GALVÃO, Duarte. *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques, primeiro rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana, 1726, p. 30.

⁴⁴ FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la. *Memorias das rainhas de Portugal*. Lisboa: Typographia Universal, 1859, p. 44.

⁴⁵ BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal: estudo histórico, com muitos documentos*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878, p. 91.

fundação da albergaria de Canaveses e, possivelmente, na construção da ponte sobre o Douro, projeta uma imagem de rainha devota, associada às práticas de beneficência típicas da nobreza feminina medieval.⁴⁶ Tais gestos, ainda que de natureza religiosa, possuíam também um significado político: reforçavam a sacralidade da monarquia e perpetuavam a memória régia por meio de obras de utilidade pública e espiritual.

A crônica de Duarte Galvão é um exemplo das crônicas que veremos ao longo deste trabalho que refletem a seletividade da memória régia quanto à centralidade conferida à figura do rei como protagonista exclusivo da história portuguesa. A ausência de maiores detalhes sobre o enlace matrimonial revela essa hierarquia, já que as ações bélicas, como a tomada de Santarém, são exaltadas, e o casamento aparece como um episódio que funcionava para a continuidade da dinastia. Esse silêncio das crônicas reflete o papel secundário reservado às mulheres.

Assim, apesar de poucos documentos detalham a motivação e os desdobramentos do matrimônio, é notável que essa união representa uma articulação entre a fé e a legitimidade dinástica. A memória seletiva que foi perpetuada por meio do discurso cronístico consolidou a imagem heroica de Afonso Henriques e relegou a rainha ao papel de coadjuvante, ainda que o casamento tenha sido uma peça fundamental para os primeiros passos da monarquia portuguesa.

Benevides, por seu lado, nos informa sobre um episódio em que a rainha assume uma imagem de “gênio” difícil.⁴⁷ Em um de seus partos, ela teria pedido que chamassem Teotónio, prior do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, acreditando que a sua bênção a ajudaria a dar à luz. Assim, após receber sua benção, ela conseguiu ter o filho com sucesso. Em agradecimento, a rainha resolveu visitar o mosteiro, mas ao chegar, teve sua entrada recusada pelo próprio prior: “Foi com S. Theotonio, prior de Santa Cruz de Coimbra, que, segundo resa a tradição, teve a rainha D. Mafalda muitas desavenças, perseguindo-o com o seu odio e muitas vexações, por elle não lhe franquear o claustro do seu mosteiro quando ella queria.”⁴⁸ Este episódio gerou interpretações posteriores que atribuíram a Mafalda a uma personalidade difícil.

Durante a Idade Média, o parto era um momento de extremo sofrimento e risco para as mulheres, marcado pelo medo constante da morte, tanto da mãe quanto do bebê. A fé religiosa e a invocação de santos eram recursos espirituais comuns entre as parturientes,

⁴⁶ FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la. *Memorias das rainhas de Portugal*. Lisboa: Typographia Universal, 1859, p. 50.

⁴⁷ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 93.

⁴⁸ Idem.

buscando ajuda divina diante das dificuldades físicas e emocionais do momento. Essas interpretações, no entanto, devem ser analisadas com cuidado, pois refletem os valores e mentalidades da época, especialmente das fontes religiosas. Era comum que textos hagiográficos e moralistas retratassem mulheres influentes ou desafiadoras da autoridade como figuras perigosas, sobretudo no contexto da religião.

2.2 Dulce de Aragão

Retornemos à ideia de aliança entre Aragão e Portugal, já citada na parte anterior deste trabalho. Essa intenção de aliança com os reinos peninsulares do leste não era nova, já que em 1159, D. Mafalda, filha de D. Afonso Henriques, havia sido prometida ao príncipe Afonso de Aragão, mas a prematura morte da infanta e a morte do pai do noivo, Raimundo Berenguer IV, acabaram por frustrar esse primeiro plano de união entre as coroas. Cerca de quinze anos mais tarde, o projeto foi concluído com o enlace de D. Dulce com Sancho I.

Esse casamento representou não só a consolidação de uma aliança política, mas também a inserção do jovem reino português no “circuito” das grandes casas ibéricas. O matrimônio unia Portugal com uma das linhagens mais poderosas da Península, fortalecendo a legitimidade da dinastia de Borgonha, em um momento que o reconhecimento do jovem reino ainda era uma preocupação para a monarquia.

Durante o reinado, D. Dulce aparece com alguma frequência na documentação régia, sobretudo na *intitulatio*, sempre como consorte, com o título de *regina*, mas nada mais é informado sobre ela. Tais menções são formais e protocolares, sem que se atribuam à rainha papéis ou ações mais definidas na esfera política ou administrativa.⁴⁹ Apesar de a crônica e a chancelaria limitarem-se a nomeá-la, sua presença como consorte cumpria função simbólica importante: reforçava a imagem da estabilidade dinástica e do poder régio partilhado, um aspecto fundamental em um contexto de consolidação institucional do reino.

A partir das crônicas de Rui de Pina, procuraremos compreender de que forma o cronista constrói o discurso sobre os casamentos régios, observando como essas uniões são representadas e quais sentidos políticos e simbólicos lhes são atribuídos, do reinado de D. Sancho I até ao de D. Afonso IV.⁵⁰ O cronista cita o nome de D. Dulce pouquíssimas vezes,

⁴⁹ Guerreiro analisa melhor a aparição de D. Dulce nos documentos régios. Ver GUERREIRO, Maria João Peste Santos. *Por Graça de Deus, Rei de Portugal* - Titulações régias, de Afonso Henriques a Afonso III. Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais – Estudos sobre o poder. Orientadora: Professora Doutora Maria João Violante Branco. Lisboa: Universidade Aberta, 2010.

⁵⁰ Rui de Pina foi nomeado por D. Manuel I cronista-mor do reino e guarda-mor da Torre do Tombo, cargo que ocupou até sua morte. Por ordem real, Rui de Pina deu produziu as crônicas dos reis D. Sancho I a D. Afonso IV da primeira dinastia e redigiu também biografias de monarcas da segunda dinastia, consolidando sua importância na historiografia oficial do reino. Ver ARAÚJO, Jorge António. Rui de Pina, um Cronista Global: projeto de

limitando seu protagonismo ao ato de gerar filhos para o reino. Pina observa que os dois já estavam casados há quatro anos quando Sancho subiu ao trono como rei, reforçando uma ideia de união consolidada antes mesmo do exercício do poder régio.⁵¹ Em sua narrativa, o cronista dedica mais atenção aos descendentes do casal do que a figura da rainha, usando-os como elo entre o monarca e outras casas ibéricas, talvez numa tentativa de ter uma genealogia política do poder.

A leitura cronística enquadra D. Dulce dentro de um modelo de virtude e silêncio, não muito diferente de sua antecessora. A ausência de maiores detalhes sobre sua atividade como rainha, ou mesmo das consequências políticas deste casamento, mostra mais uma vez a concepção de poder centrada na figura masculina do rei e na hereditariedade. De um ponto de vista mais amplo, o casamento entre D. Dulce e Sancho I gerou um equilíbrio político. Para Portugal, a aliança com Aragão significava a possibilidade de afastar a dependência castelhana e afirmar uma autonomia diplomática. Por outro lado, para a Coroa aragonesa, a ligação com o jovem reino português representava a ampliação de sua influência na Península Ocidental.

Assim, mais do que um simples enlace familiar, o casamento entre D. Sancho e D. Dulce constituiu um gesto de afirmação política e de projeção internacional do poder régio português. Mesmo que a memória cronística tenha reduzido D. Dulce a uma presença discreta, sua figura foi essencial na construção de uma rede de alianças que perduraria nas gerações seguintes, reforçando a legitimidade e a continuidade da dinastia afonsina.

2.3 Urraca de Castela

A união entre D. Afonso II e D. Urraca de Castela pode ser entendido dentro do mesmo quadro de estratégias matrimoniais que vimos até aqui na dinastia de Borgonha. Assim como o enlace de D. Sancho I e D. Dulce de Aragão, o casamento de seu sucessor procurava reforçar a inserção de Portugal nas redes políticas peninsulares, privilegiando agora a união com Castela. Este consórcio pretendia consolidar uma política de paz e cooperação entre os reinos, assegurando a legitimidade e o prestígio da coroa lusa diante de outros reinos. Na crônica de Pina sobre este monarca, a rainha Urraca ocupa papel no Capítulo I e no Capítulo XV, sobre seu casamento e sobre sua morte, respectivamente. No

doutoramento. In: CARDOSO, Ana Clarinda; MARIANI, Andrea; FERREIRA, Leandro; MONTEIRO, Pedro; CONCEIÇÃO, Rúben Filipe (coords.). *Incipit 9: Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2020*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2021, p. 15–28. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18340.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2025.

⁵¹ PINA, Rui de. *Chronica de el-rei D. Sancho I*. Lisboa: Escripório, 1906, p. 32.

primeiro capítulo, o texto nos conta que o rei já era casado há quatro anos antes de ser levantado ao trono, com 25, portanto, casou-se com 21 anos.⁵² Visando estreitar a aliança com o reino castelhano, D. Sancho I arranhou o consórcio com D. Urraca para seu filho e herdeiro. O casamento pretendia uma tranquilidade para Portugal e acabou servindo ao contrário, causando desavenças entre o Rei e o clero, especialmente com o bispo do Porto. Os cônjuges eram parentes, primos de terceiro grau, infringindo os cânones relativos aos critérios de consanguinidade, mas ninguém se opôs, a não ser o bispo do Porto. Finagière atribui a cólera de D. Sancho I sobre o clero a este fato, que se prolongou até sua morte, em 1211.⁵³

No último capítulo em que a rainha aparece, o cronista relata a morte desta, “chea de virtudes”, sendo enterrada em Alcobaça.⁵⁴ O mesmo caráter atribuído às outras rainhas de Portugal, reconhece-se também a D. Urraca: sempre piedosa, praticante de atos de devoção e santidade. Sua presença na crônica é pontual e, por regra, formal. A rainha surge como esposa legítima, com um sangue bom e bela, sua caracterização final, no capítulo XV, reforça esse modelo de virtude.

D. Urraca desempenhou papel importante na expansão dos Franciscanos em Portugal, apoiando a fundação de conventos em Lisboa, Guimarães, Alenquer e Coimbra, e sua atuação contribuiu para a difusão do culto dos Mártires de Marrocos no reino, egressos dessa ordem monástica. No campo político, destacou-se na consolidação de alianças com Castela, tornando-se peça-chave nas relações diplomáticas de Portugal e fortalecendo a legitimidade do poder régio de Afonso II.

A leitura da crônica de Rui de Pina permite analisar a representação feminina da rainha no reino, com um papel secundário, mas funcional. Se por um lado a rainha não exerce um poder político explícito, por outro, sua imagem serve à legitimação moral do reinado de D. Afonso II, marcado por disputas com o clero e com grupos aristocráticos. A rainha aparece como contraponto simbólico a um rei de perfil mais rígido e rigoroso, como a virtude que equilibra a dureza. Essa aliança matrimonial simboliza, na narrativa, uma metáfora para a estabilidade que o cronista busca afirmar no projeto histórico da monarquia.

⁵² PINA, Rui de. *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso II, terceiro rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Na Officina Ferreyriana, 1727. p. 1.

⁵³ FIGANIÈRE, *op. cit.*, p. 160.

⁵⁴ PINA, *op. cit.*, p. 28.

2.4 Mécia Lopes de Haro

O reinado de Sancho II e o enlace com D. Mécia é um exemplo de como as mulheres podem ser retratadas de formas diferentes. Se até aqui as rainhas anteriores eram virtuosas, bondosas e caridosas, D. Mécia é considerada de outra forma. Na crônica de Rui Pina, é atribuído a D. Mécia muitos adjetivos negativos, contribuindo para uma visão de mesmo cunho da rainha.⁵⁵

El Rey andava em poder della enfeytizado, e ceguo do juízo sem se poder apartar, e que ajudavam muito o mau conselho daquelles, que sostinham a parte da Rainha Dona Mécia, por cujo favor em que a este tempo havia o poder, e authoridade com grande desoluição elles tomavam e destroiam do Regno todolo que queriam (...) hos quaes males El-Rei por fraqueza de coração não castigava (...) e assi teve El-Rei D. Sancho esta molher algum tempo sem della haver alguma geração, não cessando no Regno estes insultos, e desoluições, antes crescendo cada vez mais. (PINA, 1906, p. 21)

Como apresentado na primeira parte, embora a motivação deste casamento seja desconhecida, as consequências são claramente apontadas como sentimento de ameaça para Portugal. O casamento aconteceu em 1241, em uma época de crise. Adriana Zierer analisa o reinado de Sancho II e o contraste entre o que era ser um bom e um mau rei.⁵⁶ No caso deste monarca, a “má influência de sua esposa” é um catalisador, já que o monarca em si, havendo sido escolhido por Deus para governar, não poderia ser o culpado, mas, sim, seus auxiliares. Mécia, sua principal auxiliar como esposa, era uma viúva castelhana, portanto, não era virgem e vinha de Castela, e a questão do parentesco com o monarca até o quarto grau seriam empecilhos para o casamento, além de que não tinham filhos. Essa situação fragilizava não apenas a legitimidade do enlace, mas também a posição política do rei, que passou a ser acusado de governar sob influência estrangeira.

Em 1246, o rapto da rainha em Coimbra, quando ela se encontrava com o marido, adiciona mais um fator que alimentaria a impopularidade da rainha e a incapacidade de gestão do rei. O ato foi realizado por um grupo liderado por defensores da ida do conde de Bolonha, futuro Afonso III, para Portugal. Este episódio evidencia como a rainha se tornou um instrumento nos jogos de poder masculinos e, ao mesmo tempo, revela a inabilidade de Sancho II em recuperar sua esposa. Mécia foi levada para o castelo de Ourém, dado a Mécia em arras, o que levou alguns historiadores, como Alexandre Herculano, a sugerirem uma possível cumplicidade da rainha no rapto.⁵⁷ O episódio afeta negativamente Sancho II,

⁵⁵ PINA, Rui de. *Crónica de el-Rei D. Sancho II*. Lisboa: Escripório, 1906.

⁵⁶ ZIERER, Adriana. Mécia, Matilde e Beatriz: imagens femininas refletidas nas rainhas de Portugal do século XIII. *Revista Mirabilia*, n. 3, dez. 2003.

⁵⁷ HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III*. 8. ed. definitiva. Vol. 5. Paris; Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1875, p. 60-61.

evidenciando sua fraqueza e a inaptidão para preservar a mulher e, simbolicamente, o reino que herdou de seus antecessores.⁵⁸

A imagem de D. Mécia ligada ao reinado de Sancho II, que se recusou a repudiá-la, a ausência de descendência, suspeitas de feitiçaria, além do mau governo e fraqueza de ânimo que o levavam a se afastar de suas responsabilidades régias mostram como a complexidade.

2.5 Beatriz de Castela

Na parte I, referimos os problemas em torno do primeiro enlace de Afonso III e a possível razão de seu término. O segundo casamento, com Beatriz de Castela, é mais uma aliança com o reino de Castela que merece análise. Começemos com a questão do Algarve.

A vitória sobre os muçulmanos, com a tomada de Faro, Albufeira, Porches e Silves, representou o marco final da conquista portuguesa. No entanto, o domínio imediato do território não foi garantido, já que o infante Afonso de Castela, futuro Afonso X, reivindicou direitos sobre o Algarve. Esse impasse prolongou as tensões entre Portugal e Castela, apoiando-se em fundamentos incertos, e a disputa tornou-se elemento central nos reinados de ambos os monarcas.⁵⁹

Uma solução para o impasse seria o casamento do rei Afonso III com D. Beatriz, mas a mesma não tinha idade núbil. Deste modo, o rei de Castela se comprometeu a desistir do domínio do Algarve quando o primogênito do enlace entre o português e sua filha atingisse os sete anos.⁶⁰ O casamento então aconteceu em Chaves, em 1253, mas o rei português ainda estava casado com Matilde. Recaem, portanto, sobre o rei de Portugal acusações de bigamia e de incesto, já que era consanguíneo de D. Beatriz em quarto grau. Em 1255, a condessa Matilde recorreu à justiça canônica, mas a resolução só foi concluída depois da sua morte, quando foram concedidas as dispensas matrimoniais. Durante os anos em que ficaram casados sem o reconhecimento papal, tiveram três filhos, D. Branca, D. Dinis e D. Afonso. A própria concessão da dispensa papal, tardia, evidencia o modo como o poder régio podia tensionar as normas canônicas quando os interesses dinásticos e políticos assim o exigiam.

Rui de Pina, em sua crônica, reserva três capítulos (II, III, IV) para desenvolver a história dos dois casamentos do rei. No capítulo IV, o autor trata do matrimônio com dona Beatriz e dos filhos dessa união. O capítulo V é dedicado aos territórios que se

⁵⁸ SANTOS, Elsa Rita dos. Olhares e retratos masculinos em discursos sobre as mulheres: o caso de Mecia Lopes de Haro. *Faces de Eva*, n. 18, p. 87–108, 2007.

⁵⁹ ZLATIC, *op. cit.*, 2017, p. 69.

⁶⁰ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 145.

acrescentaram a Portugal em decorrência desse casamento, entre eles, o reino do Algarve. Afonso III é, assim, o primeiro a ter o título de rei de Portugal e do Algarve.⁶¹

Em finais de 1282, D. Beatriz deslocou-se a Sevilha para apoiar o pai, Alfonso X de Castela, que, após a morte de seu herdeiro, Fernando de La Cerda, em 1275, enfrentava uma grave crise sucessória. O rei defendia os direitos do neto, Afonso de La Cerda, mas seu filho Sancho reivindicou o trono, reunindo apoios poderosos e rebelando-se contra o pai, que acabou isolado em Sevilha. D. Beatriz acompanhou-o nesse período de solidão, tentou convencer o filho, D. Dinis, a apoiar o avô e também dialogou com Maria de Molina, esposa de Sancho de Castela, mas sem sucesso.

Até a morte de Alfonso X, em abril de 1284, D. Beatriz manteve-se ao lado do pai, que recompensou sua lealdade e devoção com importantes doações: as vilas de Moura, Serpa, Noudar e Mourão, além do reino de Niebla (a receber após sua morte), além de confirmar no testamento esses bens e conceder-lhe ainda as rendas de Badajoz e uma soma significativa para o dote de sua filha Branca.⁶²

Após a morte do monarca, D. Beatriz permaneceu algum tempo em Castela, não só para tratar das disposições testamentárias e negociar com Sancho IV a manutenção das doações recebidas, mas também para administrar a herança deixada por sua mãe, que a instituíra como única herdeira dos bens familiares e dos recebidos do rei, com a condição de transmiti-los à sua filha Branca.

Em 1300, após mais de dez anos da morte de seu esposo, faleceu D. Beatriz, com cerca de 60 anos. Foi sepultada em Alcobaça, em Portugal, onde repousa junto de outros membros da dinastia, como seus filhos e cônjuge. É atribuída a ela a fundação do convento de São Francisco, na vila de Alenquer, concluída posteriormente por D. Dinis, além de conceder privilégios aos monges de Alcobaça e promover a criação do hospital da Mouraria e do colégio de Jesus para meninos órfãos em Lisboa.⁶³

2.6 Isabel de Aragão

Pina, no capítulo II, nos conta sobre a realização do enlace entre D. Dinis e D. Isabel de Aragão. Quando tinha vinte anos, foi aconselhado por sua mãe D. Beatriz que “cazasse para teer esperança de lhe dar Deos erdeiro legitimo, que ho succedesse, e loguo foi lhe apontado na Infante Dona Isabel Daraguan”⁶⁴. O autor caracteriza a princesa aragonesa

⁶¹ PINA, Rui de. *Chronica d'el-Rei D. Diniz*. Lisboa: Escriptório, 1907, p. 27.

⁶² BENEVIDES, *op. cit.*, p. 1587.

⁶³ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 158.

⁶⁴ PINA, Rui de. *Chronica d'el-Rei D. Diniz*. Lisboa: Escriptório, 1907, p. 17.

como de muita bondade e grande formosura, e por isso era muito louvada e também por isso era requerido um grande casamento. Estando em 1281, em Estremoz, o rei mandou seus embaixadores pedirem a mão da infanta, mas já havia concorrentes. A França e a Inglaterra pretendiam igualmente a mão da princesa, mas os laços sanguíneos impediam a realização desses casamentos. Assim, D. Dinis casou-se com a futura Santa Isabel, 1282.⁶⁵

O cronista continua tecendo elogios ao caráter da rainha:

por obediência, e mandado delRei seu padre, e por necessidade de bem, e paz destes Reinos, fosse corporalmente cazada com EIRei D. Diniz ha que tinha grande amor, ella porém com todalas obras, e sinaes de mui Santa, nom leixava espiritalmente de ser cazada cora Deos, ha quem com tanta abstinência, e continuas orações sempre servia.⁶⁶

Esse trecho traz um elemento que pode ser interpretado como uma razão para esse enlace, a paz dos reinos. Mattoso aponta que o primeiro destaque no reinado de D. Dinis foi a aliança com o reino de Aragão, que acabava de adquirir uma importância fundamental na economia e na política mediterrânea. Como vimos, a política externa de Portugal, entre 1282 e 1310, foi amplamente dominada pelas relações com Castela. Por trás das ações que evidenciam a superioridade portuguesa, não estão apenas as dissensões internas de Castela, mas também uma oposição aragonesa geralmente favorável a D. Dinis, na qual a rainha D. Isabel exerceu um papel considerável.⁶⁷

Sobre o caráter de santa conferido à rainha, Pina detalha um milagre, no qual ela teria curado uma monja do Mosteiro de Odivelas que tinha um inchaço no estômago, com risco de morte. Esta dona então começou a difundir o milagre, mas logo a rainha a chamou e mandou que nada mais dissesse, pois o milagre não fora de sua mão, mas da virtude de Deus, quem, portanto, merecia o louvor. O autor segue contando suas benfeitorias, como o costume da rainha em lavar os pés de doze homens leprosos na sexta feira da quaresma, dar comida aos pobres, e ajudar os necessitados, sempre dando os créditos a Deus.⁶⁸

Ao fazer uma análise dos milagres, Benevides observa que as lendas e tradições sobre Santa Isabel, embora nem sempre expressem a verdade literal, refletem muitas vezes o espírito do tempo, os costumes e a opinião popular acerca da rainha. Ressalta ainda que, quando próximas dos acontecimentos, podem ter valor histórico, mas, quando tardias, não passam de invenções posteriores.⁶⁹ Assim, os relatos milagrosos ligados a Isabel, sobretudo

⁶⁵ Ibidem, p. 18; 27.

⁶⁶ PINA, *op. cit.*, p. 28

⁶⁷ MATTOSO, *op. cit.*, p. 149.

⁶⁸ PINA, *op. cit.*, p. 29-30.

⁶⁹ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 77.

difundidos entre os séculos XV e XVI, buscavam exaltar sua santidade, embora sua veneração não dependesse de tais acontecimentos extraordinários.

Sobre os milagres da rainha, as flores ganham destaque. Vemos mais uma vez a bondade da rainha na obra *Vida e milagres da gloriosa Raynha sancta Ysabel, molher do catholico Rey dom Dinis sexto de Portugal*⁷⁰, publicada pelos mordomos da Confraria da Rainha Santa Isabel, de 1560. A mesma bondade, porém, não se pode dizer do rei. Encontramos assim o relato do milagre das rosas: conta-se que a rainha ia distribuindo esmolas aos pobres quando o rei perguntou o que era aquilo. A rainha respondeu que seriam rosas e, ao querer o rei atestar a veracidade da resposta, as moedas se transformaram em rosas, podendo ser interpretadas como um gesto simbólico que contrapõe a dureza régia à compaixão feminina, e que a tradição transformou em metáfora do amor cristão e da justiça social.

Um opúsculo, provavelmente de Damião de Góis, escrito entre 1548 e 1557, revela uma variação do milagre das rosas, não sendo pão ou moedas o que a rainha levava consigo, mas sim rosas, essas se transformando em dinheiro. Frei Marcos de Lisboa, em 1557, também apresenta uma versão semelhante. Contudo, uma questão curiosa é que o milagre das rosas não se encontra em fontes escritas até o século XVI, segundo testemunho de Pedro João Perpinhão, circulando apenas na cultura oral do povo.⁷¹

Em 1516, a pedido do rei D. Manuel, o papa Leão X beatificou a rainha Isabel. Começou então, em Roma, o processo para sua canonização, que só iria terminar em 1625, no pontificado de Urbano VIII.⁷² Em 1649, o mosteiro de Santa Clara de Coimbra foi duramente afetado pela cheia do rio Mondego, ficando em estado ruinoso. O então monarca, D. João IV, mandou edificar um novo edifício, hoje denominado Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, e o corpo da Rainha Santa foi transferido para lá, em 1677, com a supervisão de D. Pedro II, consolidando o culto régio de Isabel como parte do imaginário nacional português.

2.7 Beatriz de Castela

Na Crónica de D. Afonso IV, a figura da rainha D. Beatriz protagoniza a articulação das alianças matrimoniais de seus filhos, visando fortalecer o prestígio da monarquia

⁷⁰ DIEGO, 1560, *apud* TOIPA, 2015, p. 138.

⁷¹ TOIPA, H. M. R. A. C. O milagre das rosas em *De Vita et Moribus Beatae Elisabethae Lusitaniae Reginae* de Pedro João Perpinhão. Boletim de Estudos Clássicos, [S. l.], n. 60, p. 131–141, 2015, p. 134. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/bec/article/view/60_10. Acesso em: 2 out. 2025.

⁷² BENEVIDES, *op. cit.*, p. 185.

portuguesa na Península Ibérica.⁷³ Sob a sua influência, a infanta D. Maria casou-se com o rei Afonso XI de Castela, enquanto D. Leonor desposou Pedro IV de Aragão. Essas uniões buscaram consolidar a aliança entre esses reinos, que apesar de longeva era também afetada por muitos conflitos.

Contudo, os casamentos acabaram por gerar tensões entre as casas reinantes. Após o repúdio de sua primeira esposa, D. Constança Manuel, o rei castelhano D. Afonso XI voltou-se para a aliança com Portugal por meio de seu matrimônio com D. Maria, filha do rei Afonso IV. Em contrapartida, o tratado de paz assinado em Sevilha, em 1339, estipulou que D. Constança Manuel seria entregue a Portugal para casar-se com o infante D. Pedro (1320–1367), sendo o enlace celebrado por procuração, em 1336.⁷⁴ Assim, o casamento de D. Pedro com D. Constança consolidou a reconciliação entre Portugal e Castela e reafirmou a política diplomática conduzida por D. Afonso IV e D. Beatriz de Castela, voltada à manutenção do equilíbrio e da influência portuguesa na Península.

Vanda Lourenço é autora de uma tese que analisa acontecimentos da vida da rainha.⁷⁵ Em 1336, D. Beatriz tentou interceder junto ao rei castelhano, D. Afonso XI, seu genro, para evitar o confronto entre Portugal e Castela. Apesar de ser bem recebida, suas negociações não tiveram êxito, pois o monarca castelhano exigia compensações territoriais em troca da paz. O episódio, contudo, revela a atuação política de D. Beatriz, que desempenhou o papel de mediadora e embaixadora da paz, à semelhança de sua sogra, D. Isabel de Aragão. D. Beatriz também cumpriu um papel muito importante que o casamento reservava, a de contribuir para a aproximação entre os dois reinos e também mostra uma capacidade alta de interceder prudentemente nos assuntos políticos de ambos os reinos.

Quanto a D. Pedro, Rui Pina ainda informa o leitor sobre outra mulher, publicamente sua manceba, Inês de Castro, que era aia de Constança Manuel. A presença de Inês de Castro na corte não era bem recebida pelo rei, que parecia sempre intervir para afastá-la.⁷⁶ Após o falecimento de D. Constança, em 1349, as ações por parte do rei para separar o infante e Castro aumentaram, com incentivos por parte da rainha para que D. Pedro se casasse novamente. O próprio cronista admite que o melhor era Pedro contrair novo

⁷³ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei Dom Afonso IV*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1653. Trataremos dos casamentos dessa ordem: D. Maria, D. Leonor e D. Pedro I.

⁷⁴ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 199.

⁷⁵ LOURENÇO, Vanda. *A rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359)*. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

⁷⁶ PINA, *op. cit.*, p. 68.

matrimônio, mas não com Inês, para salvaguardar o primogênito Fernando, herdeiro do trono e filho de Constança Manuel, já que o risco de assassinato do primogênito era real.⁷⁷

Caso Pedro não aceitasse, medidas mais extremas poderiam ser tomadas por parte do rei, demonstrada nesse trecho:

[...] que elRey pera segurança da vida de seu netto o Infante Dom Fernando, & por asesego, & conservação de seus Reynos, & das couzas de sua coroa que por respeyto da dita Dona Innes se poderia enlhear a mandasse matar por tal, que a ora da morte de elRey Dõ Afonso que nõ podia podia muyto tardar pois era ja muy velho [...]; & posto que por elRey, & a Rainha Donna Breatis, & pello Arcebispo de Braga Dom Gonçallo Pereyra, & por outros prelados, & senhores isto fosse aconselhado ao dito Infante Dom Pedro [...] pera que asalvasse, ou segurasse em tal lugar que sua vida não corresse risco, elle dito Infante a vendo que tudo eraõ meações, terrores, que se não aviaõ assim de executar, como se praticauaõ, & sem numqua querer declarar, & affirmar que era com ella cazado, numqua quis aisso obedecer, [...].⁷⁸

O cronista continua a narração, chegando na parte em que, pedindo misericórdia, Inês provocou hesitação no rei, mas seus cavaleiros finalizaram o ato com “abominável crueza”.⁷⁹ A partir daí, D. Pedro é tomado pela tristeza e pela raiva contra o seu pai e somente com a ajuda de D. Beatriz e do arcebispo de Braga, D. Guilherme, essa discórdia foi desfeita. Silva analisa que esse segundo acontecimento e a intervenção da rainha constroem a imagem de D. Beatriz como uma rainha propensa à paz e a concórdia, sendo uma interventora prudente e uma mulher virtuosa, simbolizando a boa condução do poder régio.⁸⁰

2.8 Inês de Castro

Durante a pesquisa bibliográfica sobre Inês de Castro e D. Pedro, notei uma particularidade interessante: o “conto” da rainha póstuma caiu no gosto da literatura portuguesa. Assim, como a parte 2.7 abordou bem a relação e a escolha de D. Constança Manuel e Inês de Castro para serem pares do futuro rei de Portugal, focaremos a seguir na construção da imagem de Inês de Castro no imaginário português, principalmente nos séculos subsequentes à tragédia que levou a cabo a vida de Castro.

⁷⁷ PINA, *op. cit.*, p. 71f.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ PINA, *op. cit.*, p. 71v.

⁸⁰ SILVA, Priscila Cardoso. *Rainhas portuguesas no Baixo Medievo*: um estudo comparativo entre as actantes cronísticas Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022, p. 85–120.

Nesse contexto, observa-se que a personagem ultrapassou os limites da história, tornando-se tema recorrente em diversas manifestações literárias portuguesas, como observa Freitas e Nascimento:

O nome Inês de Castro tem importante representação na Literatura Portuguesa, começando por Fernão Lopes em suas crônicas, passando por Garcia de Resende em seu poema palaciano “Trovas à Morte de D. Inês de Castro”, sendo até personagem em *Os Lusíadas*, de Camões, e em uma peça de teatro de António Ferreira intitulada “Castro”, além de outros poetas portugueses. O episódio desta personagem é contado e recontado de diversas formas, em diversos moldes poéticos. Para a construção da História de Portugal, este episódio é de fundamental relevância e, como tal, merece destaque. Como o fascinante ser de Mona Lisa, Inês de Castro também possui seu ar de mistério.⁸¹

A reflexão dos autores é muito pertinente pois evidencia a figura de Inês que se consolida como um símbolo literário e cultural, percorrendo obras de diferentes períodos e estilos. Um dos marcos mais célebres dessa tradição é, sem dúvida, “*Os Lusíadas*”, de Luís de Camões, publicado em 1572. O poeta insere a narrativa de Inês de Castro no Canto III, conferindo-lhe estatuto épico ao narrar a paixão proibida e o sofrimento da amante do príncipe. Nos versos célebres “Aconteceu da mísera e mesquinha/Que depois de ser morta foi Rainha.”⁸², Camões eterniza a dor e a injustiça do episódio, transformando Inês em símbolo da inocência sacrificada e da força do amor que transcende a morte. Essa inclusão na epopeia nacional consolidou a popularidade do conto, projetando-o para além dos círculos cortesãos e fixando-o na memória coletiva portuguesa.

A presença de Inês também se destaca na tragédia “Castro” de António Ferreira, escrita em 1587, considerada a primeira tragédia clássica portuguesa.⁸³ A personagem Inês é apresentada como exemplo de virtude e constância, uma mulher que, embora consciente de seu destino trágico, mantém a dignidade e o amor fiel a D. Pedro. Nessa leitura, o autor reforça a dimensão moralizante da narrativa, contrapondo o amor sincero ao rigor da razão de Estado. A “Castro” de Ferreira tornou-se fundamental na formação do imaginário literário português sobre o tema, servindo de ponte entre a crônica medieval e o drama moderno.

A trajetória de Inês de Castro, tão amplamente explorada pela literatura, não pode ser dissociada da figura histórica de D. Pedro I, cuja memória também foi moldada entre a lenda e a realidade política. Se, por um lado, a imagem de Inês foi perpetuada como símbolo

⁸¹ FREITAS, R. da S.; NASCIMENTO, C. M. B. do. A face de Lilith em Inês de Castro. *Revista Decifrar*, Manaus, v. 3, n. 5, p. 30; 33, 2015.

⁸² CAMÕES, Luís de. *Lusíadas*. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Instituto Camões, 2000. LIX, 580 p. Canto III, est. 118.

⁸³ FERREIRA, António. *A Castro*. 1.ª ed. rev. CARLOS PINHEIRO. Lisboa: Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, 2020. (Coleção Clássicos da Literatura). Edição a partir da adaptação de Júlio Dantas, 1920.

do amor imortal e da tragédia, por outro, o reinado de D. Pedro ficou marcado pela estabilidade e pela consolidação do poder régio, elementos que contribuíram para que o episódio de Inês ganhasse contornos de mito político. Assim, compreender o governo de D. Pedro é também compreender o contexto em que a narrativa de Inês foi reinterpretada e transmitida ao longo dos séculos.

Na Crônica de D. Pedro, escrito por Fernão Lopes, o rei é retratado como um verdadeiro justiceiro. No capítulo XXVII intitulado “Como el-rei Dom Pedro de Portugal disse por Dona Ignez que fora sua mulher recebida e da maneira que em ello teve” o autor nos conta que no mês de junho já vendo quatro anos que reinava, chamou um tabelião e ordenou de publicar que havia tomado Inês como mulher, estando ele em Bragança por volta de sete anos, não se recordando dia e mês do casamento, tomou-a em casamento como mandava a igreja.⁸⁴ O então rei D. Pedro explicou que não expôs o acontecimento por temor e receio de seu pai.

No próximo capítulo há o testemunho de D. Gil, que então era bispo da Guarda, e Estevam Lobato, criado *d'el-rei* que juraram pelos evangelhos falar a verdade sobre o casamento do rei com Inês de Castro. Os dois deram versões semelhantes ao serem perguntados sobre a veracidade do feito daquele casamento, citando Bragança e “como manda a igreja romana”.⁸⁵

No capítulo XXIX há, em contrapartida, os argumentos contrários à declaração do rei e das testemunhas. Um dos pontos levantados é que, embora o rei dizendo-se ter temor do pai e receio de sua reação ou das consequências desse casamento, ele não tornou a união com o Inês pública logo depois da morte do seu pai. Uma outra questão que levanta dúvida é sobre o esquecimento do rei concernente aos acontecimentos do casamento e seus detalhes, como o data, ao se tratar de uma união tão notável, sendo seus atos, a princípio, tão facilmente recordados.⁸⁶

Trevisan nos lembra que Inês é a personagem feminina mais citada na crônica mas em nenhum momento é dado a ela um discurso, não há voz ou atributos dados a ela. Inês não possui um perfil, sempre ligada ao monarca ou a outras figuras masculinas.⁸⁷ Ela ainda lembra que a crônica é terminada com a frase “E diziam as gentes que taaes dez annos

⁸⁴ LOPES, Fernão. Capítulo XXVIII. In: *Chronica de el-rei D. Pedro I*. Lisboa: Escripório, 1895. p. 109-110.

⁸⁵ LOPES, *op. cit.*, p. 111-115.

⁸⁶ LOPES, *op. cit.*, p. 116-120.

⁸⁷ TREVISAN, Mariana Bonat. O silêncio de Inês de Castro e a voz de Leonor Teles: representações femininas nas crônicas de Fernão Lopes (Portugal - sécs. XIV e XV). *Revista Tempo de Conquista*, [S.l.], v. 7, p. 1-21, 2010, p. 9.

nunca ouve em Portugal, como estes que reinara elRei Dom Pedro.” que retoma a ideia de um rei justiceiro, sendo sua imagem então positiva.⁸⁸

Ao longo da crônica o nome de Inês aparece muito mais do que a rainha “legítima”, D. Constança Manuel. O amor devoto e ilegítimo a ela é narrado de forma que ressalta a sinceridade e intensidade desse sentimento, ocupando um espaço que supera o reservado para D. Constança, que aparece como uma figura lateral, enquanto Inês se projeta como a presença afetiva e simbólica mais marcante na trajetória de D. Pedro. Essa escolha do cronista contribui para consolidar a imagem de Inês não apenas como personagem histórica, mas como figura central na construção para este reinado, reforçando até mesmo a ideia de que a verdadeira companheira do monarca era Ines e não D. Constança.

2.9 Leonor Teles

A escolha por Leonor Teles foi impulsiva, Fernão Lopes escreve que “não queriam perder um tão bom rei como elle [D. Fernando] por uma má mulher que o tinha enfeitado”.⁸⁹ Benevides conta que D. Fernando se deixou dominar completamente, para infelicidade de Portugal, pela astuta Leonor Teles, mulher de João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro. O autor ainda continua descrevendo Leonor como “dotada de uma ambição desmedida, não recuando perante cousa alguma, nem se atemorizando com a perpetração de qualquer crime para chegar aos seus fins”.⁹⁰ O modo como a história do encontro dos dois é contada é curiosa, pois trata a futura rainha com um ar malicioso e sempre com segundas intenções.

Benevides aborda o casamento de Leonor e D. Fernando somente como algo passionai⁹¹, mas Mattoso também revela razões políticas, como a anulação da aliança com Castela e logo com a França, e a conquista da independência face aos dois blocos envolvidos na Guerra dos Cem Anos. Essas motivações políticas, entretanto, acabaram conduzindo o rei a uma sucessão de conflitos externos, nos quais se evidencia a fragilidade do reino e a oscilação das alianças portuguesas no contexto europeu.⁹²

No capítulo LVII, Fernão Lopes nos conta como o rei se apaixonou por Leonor e como casou com ela em segredo, tendo tudo começado com o encontro dos dois na casa da irmã dela, Maria.⁹³ Apesar de ser casada, a ascensão de Leonor começou quando D.

⁸⁸ TREVISAN, *op. cit.*, p. 14.

⁸⁹ LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Fernando*. Vol. 1. Lisboa: Escrip^tório, 1895, p. 192.

⁹⁰ BENEVIDES, *op. cit.*, p. 218.

⁹¹ D. Leonor Telles de Menezes. In: BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal*: estudo histórico, com muitos documentos. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878, p. 217–240.

⁹² MATTOSO, *op. cit.*, p. 290-294.

⁹³ LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Fernando*. Vol. 1. Lisboa: Escrip^tório, 1895, p. 181–184.

Fernando se apaixonou por ela. O rei ficou perturbado ao saber que o marido exigira o retorno da esposa. Buscando impedir isso, Fernando pediu auxílio a D. Maria, irmã de Leonor, prometendo casar-se com esta antes de consumar a união. Após negociações com a família Teles e a impossibilidade de demover o rei, aconselhou-se o marido de Leonor a fugir para Castela.

A sucessão tornou-se uma questão importante. Como já vimos durante este trabalho, o papel primordial da mulher em um casamento era ser a geradora do futuro da monarquia, e D. Leonor falhou nesse quesito, dando à luz somente uma filha mulher, D. Beatriz. A escolha do noivo da infanta então se tornou um tema político delicado, já que traçaria os rumos para o futuro de sua mãe. Entre os pretendentes estavam D. Fradique, filho ilegítimo de Henrique II de Castela; o filho do conde de Cambridge, neto de Eduardo III da Inglaterra; e, novamente ligado a Castela, o filho mais novo de D. João I. Nesse contexto surgiu o conde de Andeiro, João Fernandes, figura central nas intrigas da corte e que atuava como embaixador português junto a Inglaterra e Castela.

A morte da rainha castelhana, em 1382, abriu caminho para uma proposta mais ambiciosa: casar Beatriz não com o príncipe castelhano, mas com o próprio rei, D. João I de Castela. As negociações culminaram no Tratado de Salvaterra de Magos (1383), que definiu minuciosamente as normas de regência e sucessão. Pelo acordo, Leonor Teles governaria Portugal em nome da filha; e o primeiro filho de Beatriz seria entregue à avó, que administraria o reino até que o herdeiro atingisse 14 anos. O tratado assegurava a Leonor muitos anos de poder após a morte, já iminente, de D. Fernando.

Segundo a análise de Danielle Silva, esse teria sido o maior erro político de Leonor Teles. É possível que D. Fernando, temendo conflitos internos, tenha visto no rei castelhano a melhor garantia para preservar a sucessão de Beatriz. Porém, essa decisão beneficiava sobretudo Leonor, que manteria o controle da regência. Alternativas como escolher um dos irmãos Castro ou um príncipe castelhano mais jovem teriam preservado um monarca residente no território português, garantindo maior estabilidade ao reino. Contudo, essas opções relegariam Leonor ao papel de rainha-mãe, situação para a qual ela, ainda jovem, provavelmente não estava disposta.⁹⁴

No capítulo LXV, Lopes descreve brevemente D. Leonor como formosa, graciosa e que no reino não havia nenhuma mulher que se assemelhasse a ela quanto a doçura de sua

⁹⁴ SILVA, Danielle de Oliveira dos Santos. *Entre os ecos e o silêncio: Mécia, Inês e Leonor – trajetórias e representações femininas na cronística medieval portuguesa*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013, p. 34–35.

fala e generosa do trato.⁹⁵ Com efeito, D. Leonor empenhou-se em arranjar laços matrimoniais entre a nobreza para promover casamentos que beneficiassem a sua casa, criando uma teia de fidelidade que lhe permitissem ampliar a sua influência.

Ao tratar sobre a morte do rei no capítulo CLXXII Fernão Lopes menciona que a rainha deu à luz a uma filha que faleceu logo após o nascimento.⁹⁶ O cronista lança dúvida sobre a lealdade da rainha ao rei, já que segundo ele,

As gentes suspeitavam que não era Del-rei, e não sem razão, por que havia tempo que ele não dormia com ela, segundo era fama, e ela paria e engravidava, dizendo todos que tais filhos não eram del-rei.⁹⁷

Nesse trecho, D. Leonor é retratada como adúltera, e o texto sugere que tais episódios teriam ocorrido mais de uma vez, já que, apesar do afastamento conjugal, a rainha costumava engravidar. Essa narrativa tornou-se base para boa parte da argumentação destinada a deslegitimar D. Leonor. Fernão Lopes organiza a crônica de modo a distribuir determinadas informações de forma estratégica, algumas são sublinhadas e ganham força na percepção do leitor, enquanto outras estão menos claras. Dessa maneira, a conduta da rainha é construída de maneira sutil, moldando a interpretação posterior da sua figura e da sua descendência.

⁹⁵ LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Fernando*. Vol. 2. Lisboa: Escripório, 1895, p. 17–20.

⁹⁶ LOPES, *op. cit.*, p. 179-181.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 189.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar os casamentos régios da dinastia de Borgonha a partir de uma revisão crítica da interpretação historiográfica tradicional, que frequentemente atribui a essas alianças um sentido finalista, como se operassem dentro de um plano dinástico coerente e orientado para o futuro. A leitura cruzada das crônicas medievais portuguesas, sobretudo de Duarte Galvão, Rui de Pina e Fernão Lopes, e da historiografia contemporânea permitiu problematizar essa narrativa, investigando se os matrimônios funcionavam como instrumentos de projeção futura ou, antes, como práticas políticas situadas, moldadas pelas necessidades e tensões do momento. Ao longo da análise dos nove reinados, tornou-se evidente que essas uniões não atuaram como pilares de um projeto dinástico de longa duração, mas como mecanismos de estabilização e resolução de conflitos imediatos, revelando um uso do casamento régio condicionado pelo presente político.

A análise sistemática dos reinados demonstrou que, mais do que inaugurar projetos, os casamentos régios operaram como uma espécie de selamento, são ações destinadas a administrar crises internas, resolver impasses diplomáticos ou até mesmo equilibrar alianças peninsulares voláteis. A leitura tradicional costuma projetar sobre esses enlaces uma racionalidade estratégica contínua, como se cada casamento estivesse orientado para um futuro claramente delineado. A documentação e a narrativa cronística, contudo, mostram o contrário: as decisões matrimoniais eram frequentemente soluções práticas, por vezes urgentes, destinadas a lidar com tensões imediatas e contextos de conflito ou instabilidade.

As crônicas desempenham papel central nessa constatação, pois são o instrumento oficial de registrar a história da monarquia de Portugal. Ao mesmo tempo, são construções históricas em si mesmas, já que são escritas após os acontecimentos, articulando memória, documentação e interpretação, revelando tanto os fatos narrados quanto a visão política e cultural do período em que foram escritas, produzindo destaques ou apagamentos. É justamente isso que acontece quando Galvão silencia elementos essenciais ao casamento de Afonso Henriques; Pina organiza a memória régia sublinhando as uniões que reforçam a legitimidade e atenuando aquelas que geraram crise; Lopes, por sua vez, dramatiza alianças e conflitos para atribuir sentido moral ao passado.

A partir da análise sistemática das alianças, identificaram-se três padrões recorrentes. O primeiro reúne os casamentos celebrados fora da Península Ibérica, como os de Afonso Henriques com Mafalda de Saboia e o primeiro matrimônio de Afonso III com Matilde de Bolonha. Embora a historiografia, seguindo Mattoso, sugira que esse movimento pode

configurar uma estratégia de legitimação através da ligação com linhagens europeias, a concretude dessas alianças revela-se baixa. É difícil aquilatar benefícios efetivos advindos das famílias dessas rainhas: não houve apoio militar ou diplomático relevante, nem reforço material para o reino. Esses casamentos produziram sobretudo prestígio simbólico, inserindo Portugal num circuito político mais amplo, mas pouco contribuíram para a resolução de conflitos internos ou para a consolidação da autoridade régia. Assim, mais do que uma estratégia de longo alcance, esses enlaces parecem responder a circunstâncias específicas e à necessidade de afirmar um reino ainda jovem no cenário cristão.

O segundo padrão reúne os casamentos celebrados dentro da Península, particularmente com Leão, Castela e Aragão. Esses enlaces são, à primeira vista, os que mais se aproximariam da lógica tradicional da “estratégia de futuro”. No entanto, quando analisados mais a fundo, mostram rentabilidade desigual e, muitas vezes, frustrada. Em que momentos esses matrimônios trouxeram de fato a ajuda dos sogros ou onde se materializou a tão esperada cooperação há encontros variados. Há casos de alta concretude, como o casamento de Afonso III com Beatriz de Castela, que trouxe a posse do Algarve e encerrou um conflito prolongado. Da mesma forma, as alianças de D. Dinis com Isabel de Aragão e de Afonso IV com Beatriz de Castela evidenciam mediações políticas reais, ainda que essas conquistas se devam mais à atuação das rainhas do que à intervenção de seus parentes. Outros casos, porém, como os de Sancho I com Dulce de Aragão e de Afonso II com Urraca de Castela, demonstram que o esperado apoio militar ou diplomático raramente se concretizou. A rentabilidade, nesses casos, permanece quase nula. O que emerge desse conjunto é que a política matrimonial peninsular era marcada por grande volatilidade, dependente de conjunturas tensas, disputas fronteiriças e rearranjos sucessórios constantes.

Por fim, o terceiro padrão abrange uniões que escapam à lógica pragmática dos dois primeiros, envolvendo escolhas motivadas por interesse pessoal ou por vínculos afetivos, e que, justamente por não se enquadrarem na racionalidade política esperada, produziram concretude negativa. Aqui se inserem as uniões de Mécia Lopes de Haro, de Inês de Castro e de Leonor Teles com D. Sancho II, D. Pedro e D. Fernando, respectivamente. Em todos esses casos, o casamento não trouxe benefícios concretos ao reino e, ao contrário, acentuou tensões internas, fragilizou a autoridade régia e expôs a instabilidade da corte. Mécia surge nas crônicas como símbolo da crise do reinado de Sancho II; Inês de Castro, apesar de elevada a mito pela tradição, foi percebida por seus contemporâneos como ameaça à sucessão e ao equilíbrio peninsular; e o casamento de D. Fernando com Leonor Teles rompeu expectativas políticas, inflamou descontentamentos e desencadeou a crise de 1383–1385. Esses casos

revelam como escolhas regidas por interesses pessoais podiam desorganizar inteiramente as alianças peninsulares, demonstrando os limites do casamento enquanto instrumento de estabilização.

Diante do percurso desenvolvido ao longo deste trabalho, torna-se evidente que os casamentos régios da primeira dinastia de Portugal não devem ser entendidos como elementos estáveis de um projeto dinástico previamente arquitetado, mas como instrumentos políticos plurifuncionais acionados de acordo com as necessidades específicas de cada conjuntura. A leitura tradicional, ao reinterpretar essas alianças a partir de seus desfechos, produz uma narrativa que atribui coerência e intenção onde, na realidade, predominavam a urgência e a resposta imediata aos desafios do presente. Como lembra Mattoso, “o amor era acessório do casamento; e parentesco, *vide* política, a regra dos coroados”, e por isso não surpreendem “as confusões de matrimônios prometidos e falhados, esposas ofendidas e repudiadas, alianças diretas e cruzadas”, práticas comuns “por todo lado”.⁹⁸

As análises aqui realizadas demonstram que o matrimônio régio medieval português operou como prática política essencialmente conjuntural, marcada por negociações contínuas, disputas internas e interesses concorrentes. Ao deslocarmos o olhar da lógica finalista, que enxerga no casamento régio uma estratégia de futuro, um ponto de partida, para a historicidade concreta dessas alianças, evidenciamos sua natureza moldada pelas tensões políticas de cada momento. Assim, este estudo permite compreender os casamentos régios dentro da dinâmica própria de cada reinado e oferece uma leitura mais próxima da complexidade real da monarquia medieval portuguesa.

⁹⁸ MATTOSO, *op. cit.*, p. 485.

REFERÊNCIAS

1. Fontes documentais

CAMÕES, Luís de. *Lusíadas*. 4. ed. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros; Instituto Camões, 2000. LIX, 580 p. Canto III, est. 118.

GALVÃO, Duarte. *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques, primeiro rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina Ferreyriana, 1726.

LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Fernando*. v. 1. Lisboa: Escriptório, 1895.

LOPES, Fernão. *Chronica de el-rei D. Pedro I*. Lisboa: Escriptório, 1895.

PINA, Rui de. *Chronica de el-rei D. Sancho I*. Lisboa: Escriptório, 1906.

PINA, Rui de. *Crónica de el-Rei D. Sancho II*. Lisboa: Escriptório, 1906.

PINA, Rui de. *Chronica d'el-Rei D. Affonso III*. Lisboa: Escriptório, 1907.

PINA, Rui de. *Chronica d'el-Rei D. Diniz*. Lisboa: Escriptório, 1907.

PINA, Rui de. *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso II, terceiro rey de Portugal*. Lisboa Occidental: Na Officina Ferreyriana, 1727.

PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei Dom Afonso IV*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1653.

SOUSA, António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa: tiradas dos instrumentos dos arquivos da Torre do Tombo, da Sereníssima Casa de Bragança, de diversas catedrais, mosteiros e outros particulares deste reino*. Lisboa Occidental: Academia Real, 1739. Disponível em: <https://archive.org/details/provasdahistoria01sous/page/n1/mode/2up>. Acesso em: 3 nov. 2025.

2. Bibliografia

ARAÚJO, Jorge António. Rui de Pina, um Cronista Global: projeto de doutoramento. In: CARDOSO, Ana Clarinda; MARIANI, Andrea; FERREIRA, Leandro; MONTEIRO, Pedro; CONCEIÇÃO, Rúben Filipe (coords.). *Incipit 9: Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2020*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2021. p. 15–28. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18340.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2025.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. *D. Pedro e D. Inês de Castro – exposição virtual*. Lisboa, 2020. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/d-pedro-e-d-ines-de-castro/>. Acesso em: 30 out. 2025.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca. *Rainhas de Portugal: estudo histórico, com muitos documentos*. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

BRAGA, P. D. Casamentos reais portugueses: um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos 12-14). *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, v. 15, n. 2, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5531>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BROOKE, Christopher N. L. *The Medieval Idea of Marriage*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1991.

CASTRO, José Ariel. Sancho e Teresa entre seus irmãos e na política de Afonso Henriques após o desastre de Badajoz. In: *II Congresso Histórico – D. Afonso Henriques e a sua época: a política portuguesa e suas relações exteriores*. Braga: Universidade do Minho, 1996. v. 2, p. 289–317.

COELHO, Maria Filomena. De 1179 a 1128: retrçando os limites da nossa história. In: TAVARES, Rui (Dir.). (Org.). *Portugal, uma retrospectiva: 1179*. 1ed. Lisboa: Tinta da China, 2019, v. 21.

COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana; ALMEIDA, Néri de Barros; PINHEIRO, Rossana. (Org.). *A construção da narrativa histórica*. Séculos XIX e XX. 1ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2014, v. 1, p. 39-62.

CÔRTE-REAL, Manuel. As alianças matrimoniais dos filhos de D. Afonso Henriques na política externa portuguesa. In: *II Congresso Histórico – D. Afonso Henriques e a sua época: a política portuguesa e suas relações exteriores*. Braga: Universidade do Minho, 1996. v. 2, p. 449–454.

FERREIRA, António. *A Castro*. 1.^a ed. rev., diagram. e pagin. CARLOS PINHEIRO. Lisboa: Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, 2020. (Coleção Clássicos da Literatura). Edição a partir da adaptação de Júlio Dantas, 1920.

FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la. *Memorias das rainhas de Portugal*. Lisboa: Typographia Universal, 1859.

FREITAS, R. da S.; NASCIMENTO, C. M. B. do. *A face de Lilith em Inês de Castro*. *Revista Decifrar*, Manaus, v. 3, n. 5, p. 30, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/Decifrar/article/view/1074>. Acesso em: 30 out. 2025.

GUERREIRO, Maria João Peste Santos. *Por Graça de Deus, Rei de Portugal - Titulações régias, de Afonso Henriques a Afonso III*. Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais – Estudos sobre o poder. Orientadora: Professora Doutora Maria João Violante Branco. Lisboa: Universidade Aberta, 2010.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III*. 8. ed. definitiva. Paris; Lisboa: Aillaud & Bertrand, [1875]. v. 5.

LOURENÇO, Vanda. *A rainha D. Beatriz e a sua casa (1293-1359)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

MATTOSO, José. *História de Portugal: a monarquia feudal (1096–1480)*. v. 2. Lisboa: Estampa, 1993.

MICHELAN, K. B. *Um rei em três versões: a construção da história de D. Afonso Henriques pelos cronistas medievais portugueses* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2011. 146 p. ISBN: 978-65-5714-539-5. <https://doi.org/10.7476/9786557145395>.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues de. *Portugal – uma história no feminino*. Lisboa: Casa das Letras, 2024.

PESSOA, Felipe Ferreira de Paula. *Trovar e reinar: o papel político das cantigas galego-portuguesas (Portugal. Séc. XIII-XIV)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 2022.

RAMOS, Rui (coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

SANTOS, Elsa Rita dos. Olhares e retratos masculinos em discursos sobre as mulheres: o caso de Mécia Lopes de Haro. *Faces de Eva*, n. 18, p. 87–108, 2007.

SILVA, Danielle de Oliveira dos Santos. *Entre os ecos e o silêncio: Mécia, Inês e Leonor – trajetórias e representações femininas na cronística medieval portuguesa*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Priscila Cardoso. *Rainhas portuguesas no Baixo Medievo: um estudo comparativo entre as actantes cronísticas Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre*. Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

TOIPA, H. M. R. A. C. O milagre das rosas em *De Vita et Moribus Beatae Elisabethae Lusitaniae Reginae* de Pedro João Perpilhão. *Boletim de Estudos Clássicos*, n. 60, p. 131–141, 2015. DOI: 10.14195/2183-7260_60_10. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/bec/article/view/60_10. Acesso em: 2 out. 2025.

TREVISAN, Mariana Bonat. O silêncio de Inês de Castro e a voz de Leonor Teles: representações femininas nas crônicas de Fernão Lopes (Portugal - sécs. XIV e XV). *Revista Tempo de Conquista*, [S.l.], v. 7, 2010.

ZIERER, Adriana. Mécia, Matilde e Beatriz: imagens femininas refletidas nas rainhas de Portugal do século XIII. *Revista Mirabilia*, n. 3, dez. 2003. ISSN 1676-5818.

ZLATIC, Carlos Eduardo. *A condição política de infante no reino português: D. Afonso, Senhor de Portalegre (1263-1312)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Damares Cristine Ferreira Barbosa Diniz, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “Seguindo os enlaces matrimoniais da primeira dinastia de Portugal” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília - DF, 15 de dezembro de 2025.

Damares Cristine Ferreira Barbosa Diniz